

Autor:

Rute Russo

up201404759@edu.lettras.up.pt

Título:

Rei posto, rei deposto: as representações das sucessões e deposições régias nas crónicas de Froissart, Ayala e Fernão Lopes

Resumo:

Este artigo centra-se nas representações cronísticas das sucessões régias nas obras de Fernão Lopes, Ayala e Froissart. Numa análise comparatista e interdisciplinar, cruzaremos relatos cronísticos produzidos por estes autores, procurando perceber a forma como construíram as imagens dos protagonistas e dos eventos nas deposições e sucessões régias nos reinos de Portugal, Castela e Inglaterra dos séculos XIV e XV.

Palavras-chave: Froissart, Fernão Lopes, Ayala, crónica, sucessão régia, deposição régia, D. João I, Pedro I de Castela, Eduardo II, Ricardo II,

Abstract:

This paper is centered on the representations of the crown's succession in the chronicles of Fernão Lopes, Ayala and Froissart. Through a comparative and interdisciplinary analysis, we will contrast the chronicler's representations by trying to understand how the authors elaborated the depictions of the main actors and events in the depositions and successions in the kingdoms of Portugal, Castille and England in the 14th and 15th centuries.

Keywords: Froissart, Fernão Lopes, Ayala, chronicle, crown succession, crown deposition, John I of Portugal, Peter I of Castille, Edward II, Richard II

Plano:

A crise dinástica de 1383-1385 em Froissart, Ayala e Fernão Lopes

A guerra civil castelhana de 1366-1369 em Ayala, Froissart e Fernão Lopes

As deposições de Ricardo II (1377-1400) e Eduardo II (1307-1327) em Froissart

Conclusões

Como citar este artigo:

Rute Russo, «Rei posto, Rei deposto: as representações das sucessões e deposições régias nas Crónicas de Froissart, Ayala e Fernão Lopes», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais* nº6, 2021, pp. 79-124.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua6a4>

**REI POSTO, REI DEPOSTO:
AS REPRESENTAÇÕES DAS SUCESSÕES E DEPOSIÇÕES RÉGIAS NAS
CRÓNICAS DE FROISSART, AYALA E FERNÃO LOPES**

Rute RUSSO
(CITCEM-FLUP)
Bolsista de Investigação FCT
ORCID 0000-0002-8337-1178

O presente artigo tem como objeto de estudo as representações das deposições régias na cronística medieval do século XIV, nomeadamente em Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart¹. O espaço de análise consiste nos reinos de Portugal, Castela, Inglaterra e França numa cronologia que abarca os séculos XIV e XV.

As fontes da nossa análise serão as *Crônicas* de Ayala², que englobam a *Crónica de Pedro I*, a *Crónica de Henrique II*, a *Crónica de Juan I* e a *Crónica de Henrique III*, assim como a obra de Fernão Lopes, que engloba a *Crónica de D. Pedro*³, a *Crónica de D. Fernando*⁴ e a *Crónica de D. João I*⁵ e, por fim, as *Chroniques* de Jean Froissart⁶. As obras em análise são muito extensas, com especial destaque para as *Chroniques*. Esta é a obra mais extensa do período medieval tendo mais de um milhão de palavras⁷. Além disso contou com várias refundições, versões e variações textuais. As *Crônicas* de Ayala e a trilogia de Fernão Lopes possuem também uma considerável extensão. As *Crônicas* de Ayala têm também duas versões distintas, a longa e a curta⁸. A trilogia de Fernão Lopes não possui, contudo, grandes variações textuais⁹.

¹ Este artigo insere-se no nosso projeto de doutoramento, o qual recebeu uma bolsa FCT, Referência 2020.06195.BD. A tese intitula-se “A crise dinástica de 1383-1385 em Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart: a construção de uma narrativa histórica”. Conta também com o apoio da FCT, MCTES, UE, FSE e NORTE 2020.

² Martin (ed.), 1991; Zurita e Amirola (eds.), 1779.

³ Macchi e Amado (eds.), 2007.

⁴ Macchi e Amado (eds.), 2004.

⁵ Amado, Nunes, Pimenta e Costan (eds.), 2017; Cintra/Freire/Entwistle (eds.), 1977.

⁶ Diller e Ainsworth (eds.), 2001; Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004; Croenen e Ainsworth (eds.), 2013.

⁷ Skorge, 2006, p. 2.

⁸ Martin (ed.), 1991, caps. XLC-XCIV.

⁹ Macchi e Amado (eds.), 2007, caps. VII-LXXVII.

Os três cronistas descreveram vários episódios de sucessão dinásticas ao longo dos séculos XIV e XV e Froissart apresentou mesmo sucessões dinásticas nas grandes casas da nobreza europeia. Devido a esta abundância considerável de episódios não é exequível estudar todos num artigo. Decidimos assim centrar a nossa abordagem em quatro episódios: a guerra entre Pedro I de Castela e Henrique de Trastâmara; a crise dinástica portuguesa de 1383-1385; a deposição de Eduardo II de Inglaterra; a deposição de Ricardo II de Inglaterra. A deposição de Pedro I de Castela e a crise dinástica de 1383-1385 são dois eventos amplamente destacados pelos três cronistas.

A razão pela qual incluímos na nossa observação as deposições de Eduardo II de Inglaterra e de Ricardo II de Inglaterra, que apenas são narradas por Froissart, prende-se com duas razões. A primeira é que se trata de duas deposições régias num espaço político extrapeninsular e tal elemento traz, em nosso entender, à análise narratológica uma grande possibilidade comparatista de eventos políticos similares em contextos geográficos distintos. Comparar processos de sucessão na Península Ibérica e na Inglaterra afigura-se-nos como uma excelente oportunidade para procurar intuir padrões similares na resposta da sociedade medieval a estes fenómenos políticos, assim como destacar semelhanças no discurso cronístico sobre estas questões.

A segunda razão – e quiçá, a mais importante –, é que estamos em crer que, no relato das deposições de Eduardo II e de Ricardo II, Froissart complementou a sua narração dos acontecimentos ibéricos¹⁰. No relato do derrube de Ricardo II pelo futuro Henrique IV, Froissart construiu a imagem destes reis numa analogia com as imagens de Pedro I e de Henrique II. No relato da deposição de Eduardo II, Froissart apresenta o seu *exemplum* de rei ideal que permite entender a conceção que o cronista teria dos deveres do rei, da corte e dos conselheiros régios, contribuindo assim para esclarecer as imagens que construirá mais tarde dos acontecimentos das guerras ibéricas de sucessão. Estamos por isso em crer que não se pode entender a conceção froissartiana das matérias ibéricas sem cruzar o seu relato em outros episódios de deposição.

Faremos uma abordagem assente numa metodologia comparatista e interdisciplinar. Unindo história e literatura, numa abordagem que procura cruzar e contrapor relatos cronísticos, queremos colocar as seguintes questões: como se processavam as deposições e sucessões régias na Idade Média tardia? Que critérios sucessórios eram exigidos para se coroar um rei ou para se substituir um monarca por outro? Em que condições se poderia entronizar um rei? Qual a visão dos cronistas e da sociedade sobre estes fenómenos políticos? Qual o papel dos bastardos na sucessão régia? Poderiam reivindicar direitos à coroa em condições iguais aos filhos legítimos? As mulheres poderiam herdar e transmitir a coroa? Qual era o estatuto do grupo feminino

¹⁰ A deposição de Eduardo II, que ocorreu em 1327, encontra-se narrada por Froissart no Livro I das suas crónicas. Contudo, este Livro sofreu várias refundições por parte de Jean Froissart, sendo que a última redação do Livro I é de data posterior aos eventos da crise dinástica portuguesa de 1383-1385 e da guerra civil castelhana de 1366-1369. Ver Croenen, 2015.

na sucessão e no tocante ao poder político? De que forma construíram os cronistas os relatos destes episódios? Que objetivos norteavam estas representações?

Os quatro episódios que selecionamos para análise são em nosso entender os ideais para responder a estas questões. Estas sucessões constituíram dos mais importantes acontecimentos sociopolíticos do século XIV e XV, tendo ajudado a moldar o novo quadro político que marcará o último período da Idade Média. Os cronistas são praticamente contemporâneos, sendo que Fernão Lopes (1380-1460?) dista de Froissart (1337-1407?) e Ayala (1332-1407) apenas 50 anos¹¹.

Por outro lado, os autores praticaram entre si uma forma de «intertextualidade», nomeadamente no amplo uso que Fernão Lopes fez da obra de Ayala como fonte. Por seu turno Ayala conheceu a obra de Froissart e procurou contrapor a este relato da deposição de Pedro I de Castela uma versão distinta da mesma. Também Fernão Lopes procurou «responder» ao relato de Froissart sobre a morte de Pedro, o Cruel, criando uma versão que é distinta tanto da ayaliana como da froissartiana.

A cronística medieval tem conhecido um grande interesse por parte da historiografia nos últimos quinze anos. Após um período de algum desinteresse, movido pela atenção dada à história económica e social, o discurso cronístico renasceu como motivo de atenção. Para isso contribuiu em parte a adoção crescente da interdisciplinaridade nas ciências sociais e na história em particular. A cronística medieval, nomeadamente a cronística régia, gerou sempre certo ceticismo na comunidade historiográfica, por se tratar de obras escritas com propósitos legitimadores¹². A isto juntaram-se também críticas aos modelos historiográficos em que estes textos histórico-literários assentavam¹³. A Escola dos *Annales*, que se tornou dominante na metade inicial do século XX, criticou a falta de um maior enfoque nos tópicos sociais e económicos nestas obras e a sua orientação para uma narrativa histórica centrada na figura do rei e dos círculos cortesãos, secundarizando outros grupos sociais. Esta conceção provocou ceticismo sobre o potencial de fonte histórica que as crónicas, anais e histórias poderiam ter para a historiografia moderna.

Froissart teve contra si uma espécie de «lenda negra» devido aos erros e imprecisões da sua obra. O cronista francês não raras vezes errou de forma clara em datas e lugares de episódios históricos que descreveu¹⁴. Tal deveu-se em boa medida à sua dependência de fontes testemunhais, em contraponto com Ayala e Fernão Lopes que procuraram assentar a sua narração num cruzamento das fontes testemunhais, na documentação e em textos histórico-literárias e, ainda no caso de Ayala, no testemunho

¹¹ Monteiro, 1988, p. 39; Martin (ed.), 1991, caps. XCV-XCVI; Diller e Ainsworth (eds.), 2001, p. 9; Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 328-333.

¹² Sousa, 2007, pp. 1-2.

¹³ Gomes, 2009, pp. 61-65.

¹⁴ Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 337.

direto dos episódios em que o próprio cronista participou. Em consequência disto, Alberto Varvaro¹⁵ apontou que Froissart foi pouco valorizado como fonte para a história do século XIV, até que muito recentemente esta situação se começou a inverter. Huizinga¹⁶ já tinha apontado, ainda no início do século XX, que Froissart deveria ser considerado como uma grande fonte para a história do pensamento e sociedade da sua época, independentemente da exatidão dos seus relatos cronísticos, pela sua descrição pormenorizada do mundo cavaleiresco e aristocrático do século XIV e das suas atitudes e dos seus códigos morais.

O estudo da crise dinástica portuguesa de 1383 está grandemente centrada em Fernão Lopes no caso português e em Ayala no caso espanhol. Em Portugal a obra de Ayala conheceu poucos estudos. Nos últimos anos tiveram lugar algumas excelentes iniciativas no sentido de trazer Ayala para a historiografia portuguesa. Rui Monteiro dos Santos¹⁷ estudou a representação do grupo aristocrático em Fernão Lopes e Ayala. Jorge Araújo estudou a representação de Portugal na cronística castelhana e aragonesa, a começar pela obra de Ayala¹⁸. Diogo Gomes¹⁹ analisou as representações bélicas da crise dinástica em Ayala e Fernão Lopes. Valdaliso-Casanova tem contribuído para o estudo da receção de Ayala em Fernão Lopes e das representações da sucessão dinástica portuguesa na cronística de Castela. A autora tem estudado também a importância do grupo petrista na política portuguesa²⁰.

Por contraponto, Froissart permanece pouco estudado no que toca à sua narração das guerras de sucessão das coroas de Portugal e Castela no século XIV. Em Portugal não existe uma tradução completa das suas *Chroniques*. A exceção foi a tradução parcial para português dos episódios da batalha de Aljubarrota, no Livro III de Froissart, realizada em 2008²¹. Devido à grande extensão, às várias versões e refundições e à dispersão dos manuscritos das *Croniques* em várias bibliotecas e arquivos, a obra de Froissart permaneceu de difícil acesso e estudo. Realizaram-se várias edições, mas poucas contendo a obra completa, exceção feita à edição de León Mirot²². A digitalização crescente de textos literários medievais veio dar um grande impulso ao estudo destas obras e fez renascer o interesse na sua leitura. As crónicas de Fernão Lopes conheceram recentemente um projeto de tradução para inglês, numa edição digital em acesso

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*, p. 337.

¹⁷ Santos, 2017.

¹⁸ Araújo, 2019.

¹⁹ Gomes, 2018.

²⁰ Valdaliso-Casanova, 2002; Valdaliso-Casanova, 2017.

²¹ Laranjinha/Barroca (trad. e eds.), 2008.

²² *Ibidem*.

aberto e que tem previsão de conclusão para o corrente ano²³. As *Crónicas* de Ayala²⁴ com a edição de Jerónimo Zurita, estão disponíveis no *Google Books* em acesso aberto.

O *Online Froissart*²⁵ é um projeto de publicação digital das *Chroniques*, dinamizado por G. Croenen e P. Ainsworth, permitiu reunir uma parte considerável da obra do cronista de Valenciennes. Este projeto, além de permitir o acesso aberto à obra froissartiana, disponibiliza artigos especializados sobre o cronista, comentários codicológicos, notas críticas de várias edições, o acesso digital aos manuscritos originais e às suas transcrições, permitindo contrastar versões, variantes e diferentes edições. Esta digitalização crescente de crónicas e textos histórico-literários traduziu-se num aumento considerável dos trabalhos sobre estes autores, sobretudo numa internacionalização dos mesmos, considerando que investigadores de todo o mundo podem agora aceder a obras que estavam restritas ao formato físico, em edições limitadas e dispersas por arquivos e bibliotecas.

Jean Froissart, cronista, poeta, clérigo e escrivão, nasceu em 1337 em Valenciennes, no arranque da Guerra dos Cem Anos (1337-1453)²⁶. O condado de Hainaut, donde Froissart era natural, alternou no apoio aos dois lados do conflito²⁷. Filipa de Hainaut, que foi a grande patrona de Froissart e a quem ele dedicou a primeira versão das suas *Chroniques*, entretanto desaparecida²⁸, era filha do conde de Hainaut, rainha de Inglaterra e sobrinha do rei de França, Filipe VI²⁹. O cronista repartiu entre a França e a Inglaterra os seus principais mecenas, que incluíram Filipa de Hainaut, o conde de Blois, o Príncipe Negro e Robert de Namur, entre muitos outros patronos³⁰. É a vários dos seus mecenas que Froissart dedica as suas *Chroniques*, que escreverá até quase à hora da sua morte³¹. A Guerra dos Cem Anos é o principal pano de fundo da sua obra. As duas guerras sucessórias ibéricas foram um microcosmos de um conflito maior que marcou o final da Idade Média. Além das *Chroniques*, o autor escreveu o *Meliador*, um romance de cavalaria, *L'Horloge amoureux*, um poema, entre outras obras.

²³ IEM, 2013-2020.

²⁴ Zurita e Amirola (eds.), 1779.

²⁵ Croenen e Ainsworth (eds.), 2013.

²⁶ Diller e Ainsworth (eds.), 2001, p. 9. Esta é a data de nascimento consensual na historiografia, contudo Michel Zink faz notar que o Barão de Kervyn é o único autor que coloca Froissart a nascer em data diferente, neste caso em 1333. Ver Zink, 1998, p. 5.

²⁷ Zink, 1998, p. 5.

²⁸ Diller e Ainsworth (eds.), 2001, p. 9.

²⁹ Zink, 1998, p. 5.

³⁰ Diller e Ainsworth (eds.), 2001.

³¹ Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 328-329.

Pero López de Ayala foi chanceler de Castela, poeta e cronista régio. Nasceu em 1332-1405(?) em Quejana³². Começou por apoiar o rei Pedro I de Castela tendo posteriormente apoiado Henrique II. Ayala participou depois na Batalha de Aljubarrota, na qual foi preso. Foi durante esse período, em Óbidos, que escreveu o *Libro de la caza de las aves*. Escreveu as *Crónicas* que abarcam os reinados de Pedro I, Henrique II, Juan I e Henrique III, sendo que esta última ficou incompleta. Escreveu também outras obras, como o *Rimado de Palacio*, uma obra de pendor satírico e didático³³.

Fernão Lopes nasceu nos anos de 1380 em Lisboa. Foi guarda-mor da Torre do Tombo, notário, tabelião e escrivão da puridade. Em 1433 foi nobilitado e terá morrido por volta de 1460 em data incerta³⁴. Em 1419, um ano após ter sido nomeado como guarda-mor da Torre do Tombo, escreveu a *Crónica de Portugal de 1419*³⁵. Entre os anos de 1434 e 1449 escreveu a sua trilogia. Em 1454, é substituído por Gomes Eanes de Zurara no cargo de guarda-mor da Torre do Tombo³⁶.

A crise dinástica de 1383-1385 em Froissart, Ayala e Fernão Lopes

Os acontecimentos de 1383 na cidade de Lisboa contam-se entre os mais representados na literatura historiográfica ibérica. A crise dinástica do século XIV foi composta por vários pequenos momentos que constituíram, no seu todo, um grande episódio histórico que foi retratado na literatura, nas tradições orais e, posteriormente ao longo dos séculos XIX e XX, nos romances históricos e na emergente historiografia moderna. Este episódio histórico saldou-se na criação de imagens duradouras sobre os seus protagonistas: o Mestre de Avis, Leonor Teles, D. Fernando, Juan I, o conde Andeiro ou Nun'Álvares.

Sendo na prática a substituição de uma dinastia, que reinava há dois séculos em Portugal, por um seu ramo colateral bastardo, este episódio histórico gerou um conflito nas duas partes que reclamavam a coroa de Portugal, com a guerra a ser feita em dois campos distintos: o campo de batalha e a propaganda. A cronística constituiu um dos meios prediletos para esgrimir os argumentos de cada um dos lados. Conquanto a cronística não tenha sido o único meio de propaganda, foi, contudo, de longe, o mais importante e impactante. A imagem de aleivosa de Leonor Teles e o cerco de Lisboa de 1384, retratados na pena de Fernão Lopes, ou a catástrofe da derrota de Aljubarrota que Ayala imortalizou, tais representações foram transmitidas sobretudo pela cronística régia, cujo impacto duradouro na memória coletiva se sobrepôs a outras fontes históricas.

³² Martin (ed.), 1991, p. XLVII.

³³ Martin (ed.), 1991, pp. XLC-XCIV.

³⁴ Amado, 1997, p. 24; Saraiva, 1960, pp. 13-15; Monteiro, 1988, p. 73.

³⁵ Calado, 1998.

³⁶ Saraiva, 1960, p. 16.

Começemos por Fernão Lopes. O cronista luso foi um exemplo da ascensão social da classe mesteiral, à que pertencia, que se processou com a emergência da nova dinastia³⁷. Fernão Lopes foi, pois, um produto da nova dinastia. Dotado de um grande talento literário, que lhe permitiu transmitir imagens literárias poderosas e de conferir às suas personagens uma psicologização profunda, o cronista luso teve a capacidade de veicular um forte sentido causal dos factos e dos acontecimentos históricos a partir de uma visão social mais lata que englobava todos os grupos e protagonistas sociais. Este autor quebrou assim com a tendência da cronística do seu tempo de centrar o seu discurso apenas nas grandes figuras da sociedade, procurando destacar outros protagonistas sociais. Em Fernão Lopes, o povo-miúdo e a burguesia ganham voz nas crónicas, tendo um destaque raro na cronística oficial de cariz régio. Este traço do discurso lopesiano repercutiu-se na sua filosofia da história. Para o cronista, a história tinha um cariz pedagógico e edificante, devendo ir além do mero enumerar de datas e factos históricos³⁸.

Para Ayala, a história tinha de ter como foco a preservação da memória dos factos históricos, quer para dar a conhecer os grandes acontecimentos de cada época, quer para registar os belos feitos de armas. Contudo, existia também um cariz edificante na obra, procurando, pelo retrato das glórias e tragédias da sua época, exercer uma apologia das virtudes morais que engrandecessem o espírito humano³⁹. Um exemplo foi no seu comentário à morte do rei Pedro I, quando cita o rei David para criticar a tirania do rei de Castela, apontando-a como a principal causa da queda do Cruel⁴⁰. Pertencente ao grupo aristocrático, Ayala tinha uma conceção social diferente da lopesiana, centrando-se mais nas grandes personalidades do reino. O cronista castelhano possuía, contudo, uma estrutura cronológica algo peculiar na sua obra. Esta estava estruturada por anos de reinado, citando em cada entrada cronológica os factos históricos mais relevantes desse ano. Contudo, esta estrutura alternava com momentos em que a narrativa de Ayala mudava de geografia de ação, saltando para acontecimentos relevantes que tivessem acontecido naquele ano em outros reinados no Ocidente cristão. Ayala subordinou a narrativa à cronologia, havendo poucos momentos de analepse ou entrelaçamento na sua obra⁴¹.

De notar que, em Fernão Lopes, o recurso à analepse e ao entrelaçamento é uma constante, visto que o cronista português, contrariamente a Ayala, subordinou a cronologia à narrativa. Nesse aspeto, Fernão Lopes aproxima-se mais de Jean Froissart,

³⁷ Amado, 1997, p. 24.

³⁸ Rebelo, 1983, pp. 30-35; Amado, 1997, p. 24; Saraiva, 1960, pp. 13-15.

³⁹ Martin (ed.), 1991, pp. XLC-XCIV.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 434.

⁴¹ Ver por exemplo como Ayala interrompe a narração do reino de Castela para relatar a morte do rei de Nápoles. Cf. *Ibidem*, p. 478. Ver também Rodríguez, 2017 e Valdaliso-Casanova, 2011.

considerando que também o francês não raro faz uso do entrelaçamento e da analepse para construir uma narrativa mais interessante e fluída⁴². Contudo, ao contrário de Fernão Lopes e Ayala, o escritor de Valenciennes é essencialmente um cronista da cavalaria, não um cronista régio propriamente dito, como os dois anteriormente citados. A preocupação de Froissart, como é tornado claro no seu Prólogo do Livro I das *Chroniques*, é registar os belos feitos de armas, para exaltar os valores da cavalaria e inspirar novos feitos de armas nas futuras gerações⁴³. Froissart, procurando a dimensão estética e uma narrativa emotiva, subordina a cronologia à narrativa. Contudo, o francês frequentemente subordina a exatidão histórica, nomeadamente a precisão das datas, topónimos e detalhes históricos à procura de uma estética narrativa. Tal não significa uma vontade de adulterar a verdade, mas sim de priorizar a beleza dos feitos de armas em relação a outros detalhes do episódio histórico narrado: data, local, causas do evento. A isto junta-se a dependência froissartiana das fontes testemunhais, em detrimento das fontes documentais, das fontes de arquivo e de correspondência, o que explica a abundância de erros em datas, topónimos e detalhes históricos que ocorrem nas *Chroniques*⁴⁴.

A crise dinástica portuguesa começou com a morte do rei D. Fernando em 1383 gerando-se uma crise na sua sucessão, porque D. Fernando tinha apenas uma filha, D. Beatriz, casada com Juan I, rei de Castela⁴⁵. Os últimos anos do reinado de D. Fernando foram pautados pela agitação social derivada da pesada tributação, das guerras com Castela e dos tratados de paz assinados. Estes últimos estipularam o casamento de Juan I e de Beatriz e criaram o pano de fundo para o que se seguiu. Em 1383 surgiu uma forte agitação em Lisboa, após a morte de D. Fernando⁴⁶. O conde Andeiro foi morto e a cidade recusa-se a aclamar D. Beatriz como rainha. O Mestre de Avis e Nun'Álvares começam a emergir como figuras de uma revolta contra a possível perda da independência do reino português que se temia caso D. Beatriz fosse aclamada rainha. Seguiram-se dois anos de guerra aberta com Castela, culminando na batalha de Aljubarrota de 14/8/1385, que se saldou numa derrota catastrófica dos castelhanos e nas Cortes de Coimbra de 1385 que elegeram D. João I como rei de Portugal. O facto de neste processo o Mestre de Avis, um bastardo, ter sido eleito rei, afastando uma filha legítima do rei D. Fernando, e afastando também dois irmãos bastardos que eram mais

⁴² Estas estratégias literárias, o entrelaçamento e a analepse, são comuns no romance arturiano, revelando que, tanto Froissart como Fernão Lopes, possuíam influências deste tipo de literatura. Ver, a este título, Miranda, 2013, pp. 46-62; Cunha, 2017, pp. 21-36; Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 333-334.

⁴³ O Prólogo do Livro I começa dizendo «Afin que les grans merveilles et li biau fait d'armes qui sont avenu par...». Cf. Diller e Ainsworth (eds.), 2001, p. 71.

⁴⁴ Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 328-337.

⁴⁵ Macchi e Amado (eds.), 2004, pp. 545-559.

⁴⁶ *Ibidem*, pp. 591-613. Ver também Arnaut, 1960.

velhos do que ele, causou grande discussão na historiografia do seu tempo e na posterior⁴⁷.

Tanto Froissart, como Ayala e Fernão Lopes esgrimem argumentos a favor ou contra os vários candidatos das várias sucessões e deposições que narram nas suas obras. No caso da crise sucessória portuguesa, não há entre os três cronistas grandes discrepâncias sobre as datas ou os detalhes gerais dos eventos, salvo algumas exceções, mas sim divergências na interpretação dos factos e nas imagens dos protagonistas que cada cronista transmitiu⁴⁸. O caso de Leonor Teles é o mais paradigmático. Enquanto em Fernão Lopes, a rainha é descrita como uma mulher bela, mas dissimulada e ambiciosa⁴⁹, em Ayala é referida inicialmente como uma rainha exemplar que se limita a chamar o rei de Castela a Portugal para herdar a coroa portuguesa, conforme o tratado assinado, e que se torna vítima de uma conjura que usurpou os direitos da sua filha. Só mais tarde é retratada por Ayala de forma mais negativa quando é mandada prender pelo rei de Castela, após desavenças com o mesmo⁵⁰.

Em Froissart, porém, Leonor Teles não é retratada como uma mulher dissimulada, mas sim como vítima de uma paixão obsessiva do rei D. Fernando, que a forçou a deixar o marido e a casar com ele. Leonor Teles em Froissart é uma mulher honesta, sem ambição, vítima de um destino que foi traçado pela obsessão do rei D. Fernando em casar com ela⁵¹. Antes da morte de João Andeiro, Fernão Lopes insinua um romance adúltero entre a rainha e o conde. Estes rumores foram colocados pelo cronista luso num conjunto de passagens em que situa no povo de Lisboa a sugestão deste romance, numa estratégia literária típica de Fernão Lopes, que é o uso de discursos na boca de terceiros para veicular determinadas mensagens⁵².

O móbil do assassinato do conde será mesmo a vingança que o Mestre de Avis toma, enquanto irmão de D. Fernando, pelo adultério da rainha e de João Andeiro. A isto virá juntar-se o apoio de Andeiro ao partido castelhano na corte. Em Froissart, Leonor Teles não tem um romance com o conde de Andeiro, aliás, após a morte de D. Fernando, o cronista relata mesmo o desejo do seu primeiro marido em

⁴⁷ Serrano, 2005, pp. 311-353.

⁴⁸ Froissart cometeu erros de datação e localização geográfica sobre a crise sucessória portuguesa, um traço que é idiossincrático da sua obra e que se deve à sua grande dependência das fontes de cariz testemunhal. Contudo, tais erros não provocaram consideráveis distorções dos factos históricos. Ver por exemplo, a análise feita aos erros toponímicos e de datação de Froissart na narração da Batalha de Aljubarrota em Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

⁴⁹ Hutchinson, 2004, p. 77; Ferreira, 2018.

⁵⁰ O motivo terá sido a acusação de que a rainha Leonor fez parte de uma conjura contra Juan I. Ver Amado, Nunes, Pimenta e Costa (eds.), 2017, caps. LXXXI-LXXXIII.

⁵¹ Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008, pp. 62-64.

⁵² Macchi e Amado (eds.), 2004, cap. CL. Sobre as estratégias literárias de Fernão Lopes para criar credibilidade ver Rebelo, 1983; Guerreiro, 2010.

voltar a casar com D. Leonor Teles⁵³. O cronista francês relata o terror de Leonor Teles ao ver entrar o Mestre de Avis com os seus apoiantes, para matar o conde. O Mestre sossega a rainha, garantindo-lhe que nada lhe sucederá, ao passo que a rainha interpela o Mestre recordando-lhe que ela casou com o rei contra a sua vontade e que não tinha interesse em ser rainha⁵⁴. Após a morte do conde, ela pede ao Mestre de Avis para partir para Castela em paz e ele acede. Não há qualquer animosidade entre João I e Leonor Teles, nem o Mestre acusa a rainha de adultério. O único motivo, no relato de Froissart, para matar o conde Andeiro é ele ser traidor ao reino de Portugal, facto pelo qual a rainha nunca é acusada pelo Mestre de Avis em Froissart⁵⁵.

Os dois relatos cronísticos são distintos, correspondendo a duas versões da história. A versão de Froissart é reforçada pelo cronista, quando no episódio de Lourenço Fogaça, que foi enviado a Inglaterra pelo Mestre de Avis para requerer o apoio inglês na guerra da sucessão, o mesmo Fogaça relata, de forma pormenorizada, como a rainha foi forçada a casar com o rei D. Fernando. Fogaça aponta também como um dos argumentos para D. João I recusar D. Beatriz como rainha ser o facto de esta ser bastarda, em virtude do casamento do rei com Leonor Teles não poder ser válido, por ela já ser casada com João da Cunha⁵⁶. Em nenhum momento Froissart aponta qualquer suspeita sobre a paternidade de D. Beatriz. Ela é filha de D. Fernando, mas o casamento com Leonor Teles é inválido, logo ela não pode ser rainha. Esta ideia é uma constante do relato de Froissart e não há alusões a nenhuma dúvida sobre a sua paternidade.

Este relato contrapõe-se às teorizações dadas por Fernão Lopes nas Crónicas de D. Pedro I⁵⁷ e de D. João I, quando procura invalidar os argumentos dos outros candidatos ao trono, nomeadamente D. Beatriz, Juan I e os infantes D. Dinis e D. João, filhos do rei D. Pedro. Os argumentos de Fernão Lopes são transmitidos sobretudo na boca de João das Regras, que nas cortes de Coimbra de 1385 sumariza os principais pontos que sustentam a eleição do Mestre de Avis como rei⁵⁸.

No relato froissartiano, Lourenço Fogaça constrói a defesa da causa do Mestre de Avis em três grandes argumentos: D. Beatriz é filha ilegítima de D. Fernando, por invalidez do seu casamento com Leonor Teles; o tratamento depreciativo dos castelhanos em relação aos portugueses gerou a rejeição dos últimos à união das duas coroas; a antiguidade do reino de Portugal, que contava com uma tradição de independência⁵⁹. Em Fernão Lopes, os argumentos são distintos: Portugal tem uma tradição de independência que a nobreza do reino não quer perder; D. Beatriz pode não

⁵³ Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008, pp. 68-69.

⁵⁴ *Ibidem*, pp. 66-68.

⁵⁵ *Ibidem*, pp. 68-69.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 67.

⁵⁷ Macchi e Amado (eds.), 2007, caps. XXVII-XXIX.

⁵⁸ Amado, Nunes, Pimenta e Costa (eds.), 2017, caps. CLXXXIII-CXCI.

⁵⁹ Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

ser filha do rei D. Fernando, devido à conduta adúltera de Leonor Teles; Juan I quebrou os acordos assinados com D. Fernando e perdeu assim a legitimidade para reinar em Portugal; o Mestre de Avis é filho do rei D. Pedro, é o melhor candidato na defesa do reino e por isso pode também reinar; Portugal não pode unir-se a Castela porque Juan I é um herege por apoiar o antipapa⁶⁰. Para estes argumentos Fernão Lopes construiu a imagem de Leonor Teles como uma mulher bela, sedutora, ambiciosa e licenciosa. Sugere um romance com o conde Andeiro que nem Ayala ou Froissart apontam. Fernão Lopes optará também por diluir a importância da primogenitura e da legitimidade como critérios de sucessão⁶¹. Fernão Lopes tem como *exemplum* de rei: um rei justo, sábio, corajoso, defensor do reino e bom governante económico. Nas suas crônicas, os reis Pedro I de Portugal e João I são os exemplos de rei que o cronista defende. Os *exempla* negativos representam-se em D. Fernando e Pedro I de Castela, que exibiam traços de tirania, mau governo económico, guerras desnecessárias e imprudência.

Em Ayala, os argumentos são distintos. Para Ayala, Leonor Teles limita-se a cumprir o estipulado nos tratados entre a coroa de Portugal e de Castela. O cronista castelhano coloca D. Beatriz como a herdeira legítima do rei D. Fernando que toda a nobreza portuguesa tinha jurado receber como rainha. O *exemplum* de rei em Ayala é Henrique II, que é um rei que governa apoiado na nobreza, que é generoso com a nobreza, justo, prudente, piedoso e corajoso. O *exemplum* negativo é Pedro, o Cruel, de Castela, que representa a tirania, imprudência, lascívia, injustiça e crueldade.

Na batalha de Aljubarrota, Fernão Lopes assenta a sua narrativa sobre dois eixos argumentativos: os portugueses ganharam devido ao apoio da Providência que quis a sua vitória sobre os cismáticos castelhanos; os portugueses ganharam pelo génio militar de Nun'Álvares e do Mestre de Avis e pela sua coragem perante um inimigo muito superior numericamente⁶². Em Ayala, a vitória portuguesa é sobretudo uma derrota de Castela, provocada pela imprudência dos jovens combatentes franceses e castelhanos que, na ânsia de uma grande vitória que os cobrisse de glória, precipitaram-se no ataque aos portugueses. Em virtude desta atitude, os castelhanos ficaram encurralados e foram sendo facilmente derrotados pelos portugueses. Ayala aponta que Deus decide dar a vitória aos portugueses para punir a arrogância dos jovens de Castela⁶³. Aqui o cronista castelhano aproveita o episódio de Aljubarrota para construir um *exemplum* da atitude da nobreza e da cavalaria, criticando a imprudência, a sede incontrolada de glória militar e o desprezo pela sabedoria dos mais velhos conselheiros, que se opuseram à ideia de atacar os portugueses por perceberem os perigos que acarretava tal ataque.

⁶⁰ Amado, Nunes, Pimenta e Costa (eds.), 2017, caps. CLXXXIII-CXCII.

⁶¹ Amado, Nunes, Pimenta e Costa (eds.), 2017, caps. CLXXXIII-CXCII; Macchi e Amado (eds.), 2007, caps. XXVII-XXIX.

⁶² Cintra, Freire e Entwistle (eds.), 1977, caps. XXVIII-XLVIII.

⁶³ Martin (ed.), 1991, pp. 598-602.

A versão de Froissart segue a mesma linha argumentativa que Ayala, apontando a imprudência dos jovens de Castela e de França, mas com importantes variações às narrativas lopesiana e ayaliana da batalha. Em Froissart, o primeiro problema enfrentando pelos castelhanos foi a má relação que existia entre os castelhanos e o contingente francês, que era composto por nobres e mercenários que lutavam ao lado de Juan I, procurando glória militar e saque a todo o custo⁶⁴. O cronista mostra como o tratamento preferencial que Juan I deu aos franceses, seguindo sempre os seus conselhos, em detrimento dos nobres de Castela, criou má relação entre as duas fações do exército castelhano. Os franceses, desejosos de glória rápida e crendo que a vitória sobre os portugueses era garantida, pela disparidade de efetivos militares entre as duas partes, precipitaram Juan I a atacar quando do ponto de vista militar a situação recomendava esperar mais uns dias. Os castelhanos, que vinham na retaguarda do contingente francês que primeiro atacou o exército luso (e foi destruído) não tinham motivação para lutar, por se sentirem minorizados por Juan I. Outra questão apontada pelo francês foi a desorganização que imperou no ataque castelhano, que continuou a atacar os portugueses, não percebendo que caíra numa armadilha da qual era impossível sair⁶⁵.

Froissart atribuiu a derrota castelhana à arrogância e má estratégia do contingente francês, conquanto não negue a coragem e destreza militar dos portugueses, a quem reconhece não só coragem, como humildade, união e sagacidade ao saberem tirar partido da vantagem de localização que possuíam⁶⁶. O modelo guerreiro que Froissart defende em Aljubarrota é similar ao de Ayala, conquanto haja algumas adições. Em Ayala, a crítica subtil é feita ao rei Juan I por ter dado ouvido a jovens imprudentes. Existe em Ayala uma exemplaridade que se torna positiva e negativa. A crítica a Juan I por dar ouvidos a jovens imprudentes é tanto uma crítica à juventude e à sua inconsequência e irreflexão, como uma exaltação da velhice, que Ayala associa à sabedoria, à prudência e ao sacrifício da glória individual pela defesa do serviço ao rei e à coroa. Para Ayala, servir o rei e a coroa deve ser o principal foco da cavalaria, não uma glória individual feita às custas do interesse do reino. A este *exemplum* de Ayala, Froissart contrapõe algumas adições. O cronista francês coloca Juan I como apenas dando ouvidos ao contingente francês e desprezado os seus conselheiros. O ressentimento do contingente castelhano para com a postura do rei Juan I traduziu-se numa derrota catastrófica, porque foi visível a forma como tal tratamento afetou a dinâmica de guerra e o entusiasmo do exército castelhano. Para Froissart, um rei não pode ignorar a nobreza do seu país, que o serve, para apenas escutar conselhos de jovens sedentos de glória fácil.

⁶⁴ Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

⁶⁵ Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008, pp. 40-51.

⁶⁶ *Ibidem*, 2008.

A este título, é bom registrar que a matéria de Aljubarrota dá-se no Livro III das *Chroniques*, o penúltimo da sua obra. Varvaro aponta que a fase final da vida de Froissart, corresponde ao seu auge literário, onde o autor aprofundou psicologicamente o seu relato histórico⁶⁷. Tal deveu-se a uma mudança na obra e concepção do cronista. Nos dois primeiros livros, Froissart mostra-se um cronista da cavalaria com uma visão idílica da cavalaria medieval e preocupado apenas com os belos feitos de armas. Nos Livros III e IV, o segundo Froissart é um autor muito mais maduro, não só a nível literário, como a nível social e psicológico. As suas personagens ganham mais profundidade psicológica, a sua dimensão literária fica mais apurada, protagonizando fortes imagens de batalhas que literalmente transportam o leitor para a cena da batalha⁶⁸. Contudo, a grande mudança que se dá em Froissart é a sua maturidade na concepção do ser humano, da sua psicologia e da sociedade do século XIV que ele retrata. A partir dos Livros III e IV, Froissart começa a ter uma visão mais crítica da cavalaria e dos seus arquétipos de conduta. Não há uma crítica a esses valores, mas sim uma maturidade de Froissart em se dar conta da aplicação prática desses ideais na sociedade⁶⁹.

Em nosso entender, subscrevemos esta opinião e cremos que a batalha de Aljubarrota é um dos exemplos da segunda fase da vida literária de Froissart. No relato de Aljubarrota, Froissart nunca deixa de querer exaltar os belos feitos de armas, um objetivo que percorre a sua obra. Contudo, o cronista francês regista os perigos que a sede de glória militar a todo o custo, movida pelo desejo de saque, pode causar. No caso de Aljubarrota, Froissart faz contrapor duas condutas da cavalaria e da nobreza. Uma é representada pela aristocracia castelhana, que aconselha o rei Juan I a esperar alguns dias e deixar que ou os portugueses se vão embora, ou que saiam do local estratégico em que estavam e onde podiam emboscar o contingente castelhano⁷⁰. Froissart narra esta nobreza como apenas movida pelo interesse em servir o rei e não procurando glória militar a todo o custo. São para Froissart o epítome da classe da cavalaria: grandes guerreiros, corajosos, sábios, prudentes e servidores do seu rei. O *exemplum* desta nobreza é uma procura de edificação dos jovens pela emulação dos *exempla* dos mais velhos.

No lado negativo, Froissart critica os que confundem a coragem e serviço ao rei com procura da glória militar desenfreada e imprudência. Froissart torna claro que os

⁶⁷ Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, p. 338.

⁶⁸ Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, p. 338. Michel Zink aponta que é no Livro IV, na deposição de Ricardo II, que Froissart atinge o auge da sua capacidade literária. Ver Diller e Ainsworth (eds.), 2001, p. 33. Peter Ainsworth frisa, contudo, que a capacidade de (re)criar cenas visualmente muito poderosas foi uma constante em todos os livros de Froissart. Ver Diller e Ainsworth (eds.) 2001, p. 33.

⁶⁹ O professor Ainsworth salienta esta mudança do otimismo inicial de Froissart nos Livros I-II com o mundo cavaleiresco, para uma postura mais crítica e madura a partir dos Livros III e IV. Cf. Diller e Ainsworth (eds.), 2001, pp. 32-339.

⁷⁰ Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

mais jovens, assim como o contingente francês, tinham claro que a derrota portuguesa era um facto. Nesse sentido viam em Aljubarrota uma enorme hipótese de enriquecimento rápido, com o saque e o resgate de cativos, assim como a possibilidade de ascensão na cavalaria por serviço ao rei. Para Froissart, os jovens e os ambiciosos agiram de forma imprudente e foram arrogantes, subestimando a coragem portuguesa e a sua destreza militar. Aliás, Froissart coloca o conde de Foix, que é um dos seus grandes patronos, a criticar este contingente, que tinha saído do condado de Foix, como ambiciosos e irresponsáveis, porque abandonaram o seu senhor para irem numa guerra que não lhes dizia respeito, apenas procurando a glória e riqueza rápida⁷¹. Froissart critica assim a atitude do contingente que veio em apoio de Castela, pela boca do seu patrono. Froissart reescreveu a sua obra por diversas vezes e um dos motivos para tal poderá estar num reavaliar da sua visão sobre certos acontecimentos que presenciara décadas antes, devido à maior maturidade psicológica que adquirira.

Em Froissart será uma constante a crítica aos reis que não ouvem os conselheiros que são sábios, experientes, prudentes e que visam apenas o serviço do seu senhor, e seguem, pelo contrário, conselheiros imprudentes, ambiciosos e demasiado jovens. Tal conceção será visível nos relatos das deposições de Eduardo II e Ricardo II, que mais à frente analisaremos, aos quais Froissart censurará precisamente o terem-se apoiado em maus conselheiros, ambiciosos e imprudentes e que ditaram a ruína desses reis. A derrota castelhana em Aljubarrota é para Froissart um dos expoentes máximos dessa exemplaridade negativa. Há uma visão dual da classe cavaleira e aristocrática em Froissart. Para o cronista, a coragem, virtude moral, abnegação, devoção, sabedoria, prudência, serviço ao senhor são as virtudes máximas. A procura de glória militar, se feita às custas do serviço ao seu senhor, a imprudência, a arrogância, o desejo do lucro não são boas qualidades para a cavalaria e podem resultar em desastres como Aljubarrota.

Froissart também elogia o contingente inglês, que esteve do lado português, que não só aconselhou bem os portugueses, como se mostrou corajoso e leal⁷². Froissart possuiu uma grande qualidade narrativa na reconstrução cénica das matérias bélicas. O seu foco nos belos feitos de armas e a sua preocupação estética, aliada aos inúmeros testemunhos que coletou ao longo dos anos para as suas *Chroniques*, tornam-no num autor extremamente poderoso do ponto de vista visual, conseguindo literalmente transportar o leitor para a cena que recria. A batalha de Aljubarrota possui em Froissart um detalhe na dimensão puramente bélica e cénica que não existe em Fernão Lopes ou Ayala. Froissart reconstrói ao detalhe as cenas militares, até mesmo o quotidiano dos soldados. Os diálogos do contingente castelhano exprimindo o desagrado perante a atitude de Juan I, ou o momento em que os castelhanos se dão conta da derrota total em Aljubarrota, são cenas poderosas em Froissart. A qualidade cénica froissartiana é

⁷¹ *Ibidem*, 2008.

⁷² Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

visível em outros momentos. Por exemplo, na expedição de João de Gaunt a Castela, durante a guerra civil castelhana, Froissart descreve cenas pitorescas de soldados comuns no seu quotidiano a discutirem a qualidade da comida e dos vinhos ibéricos e exibindo a sua nostalgia pela comida e paisagem francesas, num cenário que dá cor, emoção e vivacidade às *Chroniques*⁷³. Fernão Lopes, por seu turno, exaltou a coragem portuguesa, o génio militar de Nun'Álvares e o apoio divino, sendo estes os fatores que para o cronista português foram decisivos para a vitória portuguesa.

A guerra civil castelhana de 1366-1369 em Ayala, Froissart e Fernão Lopes

A guerra civil castelhana de 1366-1369 começou com a rebelião de Henrique de Trastâmara, irmão bastardo do rei Pedro I, apoiado em parte da nobreza castelhana, ainda antes de 1366. Contudo, em 1366, após entrar em Castela, conseguiu fazer Pedro I fugir e foi proclamado rei em Calahorra. Só assegurou o trono após a morte do Cruel, em 1369, no castelo de Montiel⁷⁴. Os relatos de Fernão Lopes e Ayala nesta matéria são praticamente simétricos, conquanto existam diferenças. Tal deve-se ao facto de Fernão Lopes ter usado Ayala como fonte principal para esta matéria. Froissart tem uma maior divergência na narrativa deste episódio em comparação com Fernão Lopes e Ayala.

A *Crónica de Pedro I*, de Ayala, é escrita para legitimar a ascensão de Henrique de Trastâmara⁷⁵. Esta crónica conta com duas versões, porque Ayala decidiu reescrevê-la alguns anos após a primeira versão. Ou seja, respetivamente, Ayala escreveu uma versão primitiva ou abreviada e uma versão longa, que é a última⁷⁶. O essencial do discurso ayaliano nas duas versões não muda. Pedro I é retratado como um rei tirano, imprudente, libertino e cruel⁷⁷. Através deste retrato cronístico, Ayala cria um *exemplum* invertido em que os atributos negativos de Pedro I constituem uma poderosa analogia do que o cronista considera o modelo ideal de rei. Ao apontar a tirania de Pedro I, sobretudo com a nobreza, a sua incapacidade de ouvir os conselheiros régios, Ayala critica o perfil de rei déspota que a nobreza tende a rejeitar. A nobreza medieval

⁷³ A obra de Froissart está dispersa por várias edições, devido à sua enorme dimensão. Este episódio encontra-se na tradução inglesa de Froissart de 1968 da Penguin Books, que se focou na matéria inglesa das *Chroniques*. Esta edição clássica foi editada para a plataforma *ebook Kobo*, cuja numeração recomeça em cada capítulo. Os capítulos não têm numeração nesta edição. Além disso, o número interno das páginas nos capítulos desta edição digital varia conforme o tamanho da letra que cada utilizador estabeleça. Sendo assim, optamos aqui por citar o título do capítulo apenas. O capítulo em questão está no Livro III, com o título “John of Gaunt’s expedition to Spain (1386-7)”.

⁷⁴ Martin (ed.), 1991, cap. VIII, pp. 430-434.

⁷⁵ Rodríguez, 2017, p. 80.

⁷⁶ *Ibidem*, pp. 80-82.

⁷⁷ *Ibidem*, pp. 80-82. Ver também Valdaliso-Casanova, 2002 e Valdaliso-Casanova, 2011 para a construção da imagem de Pedro, o Cruel. Ver também Guimarães, 2011 para a construção da imagem dos Trastâmara em Ayala.

defendeu uma concepção de rei que incluísse um monarca capaz de dar ouvidos à aristocracia e que governasse apoiado em conselheiros capazes, sábios e prudentes. Esta ideia não é nova e tem paralelo na historiografia antiga. Desde a aristocracia senatorial romana, passando por figuras como Catão, Procópio de Cesareia ou Ayala, os pensadores do grupo aristocrático na Antiguidade ou na Idade Média criticavam um poder régio excessivamente forte e autocrático⁷⁸. O rei, ou imperador, deveria governar apoiado na aristocracia. Obras como a *Crónica do Condestabre*, uma crónica medieval de autor desconhecido, que foi uma das fontes de Fernão Lopes para a sua trilogia, mostram a continuação deste pensamento aristocrático ainda em plena Idade Média⁷⁹. Na *Crónica do Condestabre*, o autor anónimo exalta a figura de Nun'Álvares como modelo das virtudes do grupo cavaleiresco e secundariza o papel dos reis D. Fernando e de D. João I na história. Não raras vezes Nun'Álvares é colocado como um grande guerreiro a querer guerrear os castelhanos para defender o reino, mas é impedido por duas figuras régias, D. Fernando e D. João I que são representados como tendo um carácter hesitante e acabando invariavelmente a bloquear uma postura mais determinada do futuro Condestável de Portugal⁸⁰. Tais obras são mostra do pensamento aristocrático e da concepção que este fazia de um poder régio demasiado forte. Para o grupo aristocrático um rei forte é um rei que reina rodeado de conselheiros que escuta, que possuam virtudes como coragem, prudência, sabedoria e sentido do dever. Sobretudo em reis muito jovens como foi o caso de Pedro I que herdou a coroa ainda com cerca 16 anos.

Ayala ao longo das duas versões criticará em Pedro I a sua atitude tirânica, a sua postura vingativa com os irmãos bastardos e com Leonor de Gusmão, a amante de seu pai, a sua ganância e má gestão financeira e desinteresse pelos problemas do reino⁸¹. Contudo, na segunda versão, Ayala irá retirar vários detalhes negativos de Pedro I e tentará criar um retrato que, ainda sendo negativo, permita, por outro lado, uma espécie de reconciliação da casa de Borgonha com a casa de Trastâmara. Bretton Rodriguez aponta como esta reescritura se deveu a duas razões. A primeira foi a presença de Catalina de Lencastre, neta de Pedro I, na corte castelhana⁸². Catalina casou com Henrique III, um rei cuja crónica Ayala não terminou, tornando-se rainha de Castela. Esta questão selou de certa forma a exigência do duque de Lencastre à coroa de Castela. Todavia, isto exigiu uma refundição da versão primeira da crónica. Segundo Bretton Rodriguez⁸³, sendo Catalina a rainha de Castela, a imagem de Pedro I não poderia ser

⁷⁸ Desenvolvemos esta questão a fundo num artigo sobre a historiografia tardo-antiga ao qual remetemos para mais detalhes. Ver Russo, 2019a, pp. 114-116.

⁷⁹ Calado, (ed.), 1991.

⁸⁰ Calado (ed.), 1991.

⁸¹ Martin (ed.), 1991.

⁸² Rodríguez, 2017, p. 86.

⁸³ *Ibidem*, 2017.

ferida a um ponto sem retorno, nem criando argumentos que se pudessem tornar perigosos para a casa de Trastâmara. Nesse sentido Ayala optou por um discurso legitimador de Henrique II assente em várias ideias. A primeira é que Pedro I perdeu o direito à coroa pela tirania que exibiu. Nesse sentido, Henrique era o herdeiro natural do irmão, visto ser o mais velho dos restantes filhos varões de Afonso XI. A segunda ideia é que a nobreza elegeu Henrique, seguindo o costume dos godos de eleger o melhor dos reis⁸⁴. Com esta argumentação Ayala, à semelhança de Fernão Lopes na argumentação a favor de João I, defendia de certo modo a ideia de que quem deve governar é o melhor, não o mais velho. Por fim, Ayala recupera a polémica sucessória dos infantes de Lacerda, afirmando que Henrique acaba até a ser o que mais direito tem à coroa de Castela, porque Pedro I descende de Sancho IV, que segundo os defensores dos infantes de Lacerda, usurpou o trono de Castela. Henrique II reclama, através da sua mulher Juana Manuel, o direito à coroa de Castela⁸⁵.

Ayala nunca entra na polémica dos rumores de que Pedro I era filho de um judeu e não de Afonso XI⁸⁶. Ayala centra-se nos argumentos acima citados e evita macular a imagem de Pedro I a um ponto sem retorno. Se Pedro I não fosse filho de Afonso XI, então Catalina não poderia ser legítima rainha de Castela, o que provocaria um grave problema na corte. Contudo, um resquício dessa polémica pode ter ficado na versão longa, porque Ayala, em dada altura, menciona que Afonso IV de Portugal mandou matar D. Maria, a mãe de Pedro I, por conta de suspeitas de conduta libertina da rainha. É a única vez que Ayala se refere a D. Maria de Portugal de forma negativa nas suas crónicas, à exceção do início da Crónica de Pedro I, onde aponta que foi ela que ordenou ao filho que matasse Leonor de Gusmão, a amante do rei⁸⁷. Curiosamente, Fernão Lopes nunca menciona esta ordem de Afonso IV. Em tom de resposta a Ayala, na sua *Crónica de D. Pedro I de Portugal*, Fernão Lopes atribuiu a culpa da morte de Leonor de Gusmão a Pedro I de Castela, porque afirma que mesmo que a ideia partisse da mãe, ela nunca se atreveria a tal sem o apoio do filho⁸⁸. Cremos que a ordem de Afonso IV que Ayala menciona tem quiçá uma motivação, a de subtilmente lançar, de forma indireta, suspeições sobre a conduta de D. Maria e com isso quiçá lançar algumas dúvidas sobre se os rumores sobre a paternidade de Pedro I serem ou não verdade. Cremos que tal história foi um resquício da primeira versão da *Crónica de Pedro I* de Ayala, que teria sido mais violenta contra o Cruel. Pode ter sido esquecimento de Ayala deixar este detalhe na versão longa ou pode ter sido intencional, como forma de lançar dúvidas.

⁸⁴ Rodríguez, s.d., pp. 3-10.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 8.

⁸⁷ Martin (ed.), 1991, cap. III, p. 29.

⁸⁸ Macchi e Amado (eds.), 2007, cap. XVI, pp. 69-70.

Nota-se aqui um paralelismo com as acusações de Fernão Lopes a Leonor Teles, de forma a sugerir que Beatriz não seria filha de D. Fernando. O mesmo fará Froissart contra Ricardo II, que acusará de ser filho de um mercador e não do rei de Inglaterra. Há aqui um tema «clássico» na historiografia medieval, as sugestões de adultério das figuras femininas de poder. É um denominador em comum nos processos de sucessão régia no Ocidente, em que os cronistas atacam as figuras maternas dos reis caídos em desgraça. A doce e sofredora Maria de Portugal que em Fernão Lopes chora horrorizada com os crimes do filho Pedro I, em Ayala é uma mulher cínica e de moral suspeita que incitou o filho a matar a amante do marido. Em Froissart, Joana de Kent, mãe de Ricardo II, inicialmente elogiada pelo cronista como uma mulher de enorme beleza, mais tarde torna-se uma mulher de moral duvidosa. Num diálogo que Ricardo II e Henrique IV têm quando Ricardo II está preso, o futuro Henrique IV acusa-o de não ser filho do Príncipe Negro. Acusa a mãe de Ricardo de ter casado com o Príncipe Negro pela astúcia e que ele é filho de um clérigo. Henrique diz também que ele tinha mais direito à coroa de Inglaterra do que Ricardo e que este último apenas foi rei pela preferência que o avô dava ao seu pai⁸⁹. Como se depreende, esta acusação às figuras femininas de poder é um artifício literário que se repete nos cronistas, sobretudo quando procuram desqualificar o adversário político. Outra estratégia consiste em fazer emergir argumentos legitimadores a partir de questões que estavam enterradas ou que não eram claras. Ayala ressuscita a questão dos infantes de Lacerda e a problemática ascensão de Sancho IV ao trono. Froissart ressuscita a preferência de Eduardo III pelo Príncipe Negro como motivo que enfraquece o direito ao trono de Ricardo II. Fernão Lopes desacredita o hipotético casamento de Inês e Pedro I para tentar enfraquecer os direitos sucessórios de D. João e D. Dinis, filhos de Inês⁹⁰.

Voltando à deposição de Pedro de Castela, Froissart optará por um retrato mais complexo do Cruel, que difere dos relatos lopesianos e ayalianos de Pedro I. Froissart esteve sempre dividido na questão da Guerra dos Cem Anos, em virtude das sistemáticas mudanças de partido que tiveram os seus vários patronos ao longo do conflito. Froissart dividiu a sua carreira de cronista sobretudo entre França e Inglaterra e foi vassalo de ambas as coroas. Além disso, o próprio Pedro I alternou entre o apoio a França e o apoio a Inglaterra na questão. Após o casamento fracassado com Branca de Bourbon, que deveria assegurar o apoio francês a Pedro I, o monarca acabará a depender do apoio inglês para ganhar a guerra contra o irmão. Contudo, irá, segundo Froissart, comportar-se de forma desleal e tirânica com o monarca inglês, após o qual perde o seu apoio. Por fim acabará a ser assassinado pelo irmão em Montiel em 1369. Contudo, a visão de Froissart, apesar de apontar a Pedro I os defeitos de tirania, imprudência e deslealdade

⁸⁹Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 825-829.

⁹⁰ Macchi e Amado (eds.), 2007, caps. XXVII-XXIX.

que Ayala e Fernão Lopes também lhe apontaram, segue uma outra linha de relato⁹¹. Froissart vê Pedro I como uma figura complexa com simultaneamente grandes virtudes e grandes defeitos.

A morte de Pedro I em Montiel é a matéria que mais divide os cronistas. Começando no cerco, Fernão Lopes e Ayala sugerem que Pedro I acaba cercado de certo modo por já ter poucos apoios e a sua queda parece uma questão de tempo, mas em Froissart tal não é o caso. O cronista francês sugere que o rei Pedro I não estava isolado a nível social na nobreza. Não só tinha ainda muito apoio na nobreza, mas também contava ainda com grande pujança financeira. A queda de Pedro I deveu-se à infelicidade de ter escolhido o castelo de Montiel como local de refúgio, porque o castelo tinha pouquíssimas provisões. Sem hipótese de resistir muito tempo sem água e comida, o rei percebe que tem de sair⁹². Na fuga, acaba traído por Le Bègue de Villaines que lhe tinha prometido que o salvaria e lhe permitiria uma fuga⁹³. O rei é entregue ao irmão que o mata numa cena que é altamente disputada pelos três cronistas. Até ao exílio de Pedro I no castelo de Montiel, as diferenças entre os relatos ayalianos e lopesianos em relação a Froissart são de interpretação da situação. Ayala e Fernão Lopes apontam que o rei foi derrotado numa batalha anterior e está em queda e cada vez mais isolado, com um número crescente de deserções. Froissart lê a situação de forma diferente e aponta que os homens de Pedro I são leais e destaca o talento militar de Pedro I. Aqui começa a primeira grande discrepância de Froissart em relação a Fernão Lopes e Ayala. Ao passo que os dois últimos apenas focam ao de leve a destreza militar de Pedro I em alguns momentos esparsos, em Froissart essa ideia emerge de forma clara. Froissart é dominado pela admiração pelos belos feitos de armas e pela destreza militar e pela bravura. Para Froissart a primeira grande virtude de um rei é ser um grande guerreiro. Pedro I possuiu, no relato de Froissart, um considerável talento militar e grande coragem. O talento cénico de Froissart emerge quando narra a forma impressionante como Pedro I escapa dias antes de ser morto, em Montiel, refugiando-se no castelo⁹⁴. Usando de golpes terríveis de machado e com uma grande coragem, Pedro I escapa da morte e exila-se no castelo em Montiel, que à partida era inexpugnável, no qual ficaria a aguardar reforços. O problema foi a falta de provisões que o levou a abandonar o castelo.

⁹¹ Para a morte de Pedro, o Cruel, teremos de usar a edição da Penguin Books para obter um texto mais completo. O capítulo que trata da morte de Pedro I intitula-se “The Battle of Montiel and the death of Peter the Cruel (1369)”, ver Brereton

⁹² Brereton (ed. e trad.), 1968, Livro I.

⁹³ No relato de Ayala quem trai Pedro I é Du Guesclin. Estas diferenças são apontadas em nota de rodapé por Geoffrey Brereton, que aponta como Froissart destoa da cronística castelhana neste detalhe, ver *Ibidem*, Livro I, nota de rodapé 1.

⁹⁴ *Ibidem*.

Contudo, é na cena da morte de Pedro I que os três cronistas se “cruzam”. Em Ayala, Pedro I é encurralado em Montiel, tenta sair e é preso por Du Guesclin, que o trai⁹⁵. O rei é trazido à presença de Henrique II que o espera, rodeado dos seus nobres. Henrique inicialmente, segundo Ayala, não o reconhece porque não vê o irmão há muito tempo. É um dos seus apoiantes que lhe diz que o homem em sua presença é Pedro, Henrique ataca-o e mata-o à punhalada juntamente com os nobres que o apoiavam. Na cena final da vida de Pedro I, Ayala coloca Henrique a não reconhecer o irmão e a matá-lo sem grandes problemas, não parecendo em nenhum momento que Pedro I teve capacidade de resistir ao ataque de Henrique.

Fernão Lopes, que segue a versão ayaliana, tem apenas uma clara discrepância na questão da morte. Diz o cronista «Outros afirmam, escrevendo em seus livros que el-rei, quando sse vio em poder de seu irmao e como era traido d’aquella guisa, que sse lançou a ele rijamente...»⁹⁶. É notório que Fernão Lopes conhece Froissart e é a ele que se refere dizendo “segundo alguns escrevem em seus livros...” porque é Froissart quem escreve em seus livros que Pedro I derrubou Henrique. O cronista luso conhecia a obra do francês, mas optou pela versão de Ayala, tentando, contudo, ter uma versão “intermédia” entre Ayala e Froissart. Estamos em crer que isto poderá ter duas motivações. A primeira é a razão da dependência lopesiana de Ayala como fonte para a matéria de Pedro I. Fernão Lopes afirmou⁹⁷ que lera muitos livros, consultara muitas fontes e assim o fez. Contudo, a obra de Froissart é de enorme complexidade. Ayala escreveu em castelhano medieval, uma língua muito próxima do português medieval que Fernão Lopes falava. Além disso, pese embora as duas versões que Ayala produziu da sua crónica petrina, em boa verdade a sua obra possuiu uma coerência textual considerável. Froissart possuiu uma obra de dimensão gigantesca. Só o Livro I das *Chroniques* ocupa 8 volumes na edição completa da SHF. A obra de Froissart possuiu uma grande variedade textual, além de várias refundições e versões. Além disso os seus manuscritos têm uma história de adições apócrifas, havendo manuscritos de Froissart que contêm versões únicas e que são de difícil acesso, tanto hoje como no tempo de Fernão Lopes. Por isso, estamos em crer que Fernão Lopes conheceu a obra de Froissart, “respondeu” ao cronista francês, mas não terá tido o mesmo domínio e conhecimento da obra froissartiana como tinha da ayaliana, quiçá pelo enorme volume da primeira. Talvez Fernão Lopes conhecesse as principais matérias de Froissart que dissessem respeito à Península, mas poderia não ter um domínio total da obra do cronista de Valenciennes.

Por exemplo, Fernão Lopes segue Ayala em quase todo o relato de Pedro I, inclusive nas omissões ayalianas sobre a matéria de Branca de Bourbon. Em Fernão Lopes e Ayala, Branca é uma jovem ingénua que vem para casar com Pedro I, que a

⁹⁵ Martin (ed.), 1991, cap. VII, pp. 430-434.

⁹⁶ Macchi e Amado (eds.), 2004, cap. XXIII, p. 83.

⁹⁷ Amado, Nunes, Pimenta e Costa (eds.), 2017, «Prólogo», pp. 21-22.

rejeita um dia após casarem e posteriormente a manda matar. Ayala omite os rumores de um romance de Branca com um irmão de Pedro I, Fradique, romance que é anterior ao casamento de Pedro e Branca e do qual resultou um filho⁹⁸. Tudo isto é omitido por Ayala e Fernão Lopes segue a sua versão. Uma segunda razão cremos que se prende com a delicada questão que estava a ser relatada. Para todos os efeitos, a morte de Pedro I de Castela fez-se à margem de qualquer processo judicial enquadrado no direito medieval, constituindo quer um regicídio quer um fratricídio. A morte de Pedro I e a sua figura geraram sempre polémica na historiografia havendo quer uma lenda negra de Pedro I, quer uma tradição paralela, que o retratava de forma positiva, como um rei justo que fora vítima de uma conjura e de uma morte ilegítima e indigna de um rei⁹⁹. Descrever a morte de um rei, rodeado de nobres, à punhalada, sem qualquer enquadramento legal, às mãos do seu irmão, que é um bastardo a reclamar um trono, colocava claras questões do ponto de vista da legitimidade do ato. Nem Fernão Lopes nem Ayala deixavam de ter em conta esta questão. A figura do rei na Idade Média estava rodeada de toda uma aura de dignidade que exigia um tratamento condigno à sua pessoa. Em Ayala e em Fernão Lopes, os cronistas procuram legitimar a ascensão de um bastardo que para todos os efeitos derrubou um rei legítimo, matou-o, sem qualquer processo judicial e numa luta que deixa dúvidas sobre a justiça desta, quando Pedro I estava cercado e em minoria, sem se poder defender.

O princípio que Ayala e Fernão Lopes invocaram, Ayala para legitimar Henrique, Fernão Lopes para legitimar João I, de eleger o melhor candidato e derrubar um rei ou candidato legítimo, poderia tornar-se perigoso, porque abriria um precedente em que qualquer candidato pudesse reclamar o trono e eleger-se como rei. Além disso, matando o rei anterior, um candidato tornava-se rei de facto. Isto criava uma situação delicada e com contornos perigosos para a teoria política da sucessão régia¹⁰⁰. Isso explica porque Ayala procurou focar a sua argumentação na tirania de Pedro e na sua perda do direito a reinar, invocando inclusive o direito godo que permitia ao melhor reinar. Contudo, Ayala teve o cuidado de ferir a causa de Pedro, diluindo o seu direito à coroa, ressuscitando a questão dos Lacerda e sugerindo subtilmente que Maria de Portugal poderia não ser uma mulher de moral confiável. Assim, procurou enquadrar a morte de Pedro num ato justiceiro de Henrique, que vingou a mãe e os irmãos mortos¹⁰¹. Por isso, Ayala começa o capítulo da morte de Pedro I com Henrique a acusá-lo de ter morto os seus irmãos. Ayala tenta justificar o regicídio e fratricídio como um ato de vingança

⁹⁸ Luís, 2004, pp. 138-141.

⁹⁹ *Ibidem*, 138-141. Ver também Rodríguez, 2017; Valdaliso-Casanova, 2011.

¹⁰⁰ Abordamos a questão da teoria da sucessão régia em detalhe mais à frente, neste trabalho. Ver contudo, sobre este tema, Sousa, 2007; Gomes, 2011; e para a visão lopesiana desta questão, ver a nossa tese de mestrado, Russo, 2019b, pp. 109-113.

¹⁰¹ Martin (ed.), 1991, cap. VIII, pp. 430-434.

pessoal e quiçá de algum descontrolo emocional de Henrique perante a visão do assassino de seus irmãos. A Ayala não restou outro caminho que não procurar enquadrar um ato de regicídio e fratricídio que de outro modo seria injustificável à luz do direito medieval e do respeito que a dignidade do rei deveria exigir. Note-se que Ayala, tal como Fernão Lopes e Froissart nunca deixam de chamar «rei» a Pedro I, porque um rei nunca deixa de ser tal, mesmo deposto. A sua figura exige uma dignidade no trato, mesmo em caso de tirania, que a cena da morte de Pedro I não revela. Sendo assim, Ayala tentou justificar a morte de Pedro I e os contornos que a envolveram. Ayala é o único que afirma de forma categórica que Pedro I é derrubado por Henrique e é morto por ele sem dificuldades.

Fernão Lopes aqui diverge de Ayala ligeiramente. Fernão Lopes era conhecedor da versão de Froissart e das lendas que já existiam sobre a morte de Pedro I, nomeadamente as versões que circulavam de que ele tinha sido traído e que lutara até ao fim. Contudo, Fernão Lopes hesita em seguir Ayala quando este afirma que Pedro cai primeiro que Henrique. Fernão Lopes dá conta de que existiam várias versões do sucedido, algumas que colocavam Pedro a conseguir derrubar Henrique e quase o matando. Esta é a versão de Froissart. Tal versão mostrava que Pedro lutou até ao fim com bravura e exibindo enorme destreza militar. Fernão Lopes hesita em seguir Froissart e adota uma posição intermédia entre Ayala e Froissart. Concede que ambos caíram ao mesmo tempo e que Pedro quase matou Henrique, mas foi impedido pelos apoiantes deste que mataram Pedro. Note-se que Ayala coloca o primeiro golpe mortal em Pedro como sendo dado por Henrique, ao passo que Fernão Lopes aproxima-se mais de Froissart dizendo que é Pedro quem quase mata Henrique. A diferença está em que Ayala, tendo de justificar a morte de Pedro, não tem mais caminho do que apontar a morte de Pedro I à luz do espírito justiceiro e do afeto maternal e fraternal de Henrique, que quer vingar a mãe e os irmãos. Daí que Ayala primeiramente coloque Henrique a recordar os irmãos que Pedro matou, procurando assim justificar assim o ato do conde de Trastâmara. Já Fernão Lopes cremos que hesita pelo pudor que acarreta ter de justificar um regicídio e um fratricídio. Além da violência do ato em si, este poderia abrir precedentes perigosos de legitimação de futuros regicídios. Fernão Lopes aponta, tal como Froissart, que Pedro I era um homem muito corajoso e que lutou até ao fim, sem pedir pela vida. Ao passo que Ayala não pode senão justificar o ato de Henrique, Fernão Lopes, estava mais “distanciado” desta questão que Ayala. A guerra civil castelhana de 1366-1369 não era um tema que na altura preocupasse grandemente a coroa portuguesa, visto ser já, na altura em que Fernão Lopes escreve as Crónicas de D. Pedro e D. Fernando, de certa forma, um tema encerrado após o casamento de Catalina de Lencastre com Henrique III.

Isso explica porque Fernão Lopes usa de mais liberdade a escrever sobre Pedro I do que Ayala. O cronista castelhano tenta reconciliar a casa de Trastâmara com a dinastia cessante de Pedro I, devido à presença de Catalina na corte castelhana. A morte de Pedro I é a exceção, porque Ayala não poderia senão justificar a morte de Pedro I que

abriu as portas ao reinado de Henrique. Já Fernão Lopes, curiosamente, dá um relato mais favorável a Pedro I na sua morte, mas tem relatos mais críticos no seu comportamento como rei do que Ayala. Fernão Lopes descreve os crimes de Pedro I com pormenores que Ayala não dá, pormenores esses que criam um relato mais virulento contra Pedro que o do próprio Ayala. Por exemplo, o português relata a prisão da infanta Leonor dos Leões, uma filha de Henrique que Pedro I prende juntamente com feras, ou a morte do rei Muhamad VI (o Rei Vermelho) com pormenores mais violentos do que a versão de Ayala. Assim sendo, Fernão Lopes sente-se mais livre para escrever sobre Pedro I, chegando até a construir um relato mais crítico deste rei do que Ayala. Porém, na matéria da morte do rei em Montiel, Fernão Lopes hesita pela questão delicada que envolve escrever sobre um regicídio.

O relato de Froissart sobre Pedro I é complementado com dois episódios. O primeiro é uma história curiosa, contada pelo cronista em tom de anedota. No Livro III¹⁰², um cavaleiro, Pedro de Béarn, irmão bastardo do conde de Foix, um dos principais patronos de Froissart, tem o hábito estranho de à noite acordar e armar-se cavaleiro, saindo para lutar e para caçar de forma frenética. A sua esposa, temendo esta situação, recusa-se a dormir e viver com ele. A esposa é Florença da Biscaia, filha do Infante Juan de Aragão, que Pedro I tinha mandado matar. O capítulo começa com ela descrevendo o que sofreu com a perseguição do Cruel ao seu pai. Contudo, ela conta, no meio da história, que o pai tinha o hábito de caçar furiosamente e que numa caçada, matou um urso e que este lhe falou dizendo-lhe que, porque agora caçava e matava uma criatura que não o atacara antes, acabaria ele a ser morto com violência. Florença afirma que o seu marido, numa das noites em que saiu armado do quarto, matou um urso após uma longa caçada e que o urso era o mesmo que o pai já havia morto e que o animal tinha lançado uma maldição ao pai. Por isso, Florença recusa-se a viver com o marido e teme que ele morra como o pai¹⁰³.

Excursão sobre a caça

O uso da caça como analogia de caçador-tirano é um código literário conhecido. A literatura está repleta de alusões à caça como analogia para a tirania¹⁰⁴. Desde o *Policrático*, de João de Salisbúria, ou à *Bíblia*, com a figura de Nimrod, que o rei-caçador era um exemplo de tirania e a analogia caçador-tirano é usada como crítica oculta a alguém. A paixão pela caça associa-se a imagens como tirania, gosto por violência,

¹⁰² Brereton (ed. e trad.), 1968, cap. “The Haunting of Sir Peter”, Livro III.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ A analogia caçador-tirano foi por nós analisada em maior profundidade na tese de mestrado, nomeadamente o uso por Fernão Lopes da analogia caçador-tirano. Para mais detalhes sobre a questão, ver Russo, 2019b, pp. 72-77.

futilidade e inconstância. O facto de Froissart retratar o marido e o pai de Florença da Biscaia como caçadores inveterados, como gostando de violência gratuita e parecendo não terem autocontrolo sobre os impulsos, afigura-se-nos como uma mensagem críptica de Froissart em que censura, através da filha e do sogro, a figura de Juan de Aragão, que foi um dos nobres mais importantes que Pedro I executou. Por aqui estamos em crer que há fundamento para pensar que Froissart se opunha, através da figura do Infante de Aragão, à nobreza que se rebelou contra o rei Pedro I sem razão aparente. Note-se que o urso acusou o infante de o ter morto sem motivo. Note-se também que a crítica que é feita neste episódio é ao gosto pela violência gratuita, o desrespeito pela vida (humana ou animal) e a ambição de glória desmedida. Nos relatos de Fernão Lopes e Ayala, o infante de Aragão, pese embora acabar traído pelo rei Pedro I, começou por alinhar com o desejo do rei de matar o seu irmão, Fradique, prometendo a Juan o senhorio de Biscaia, que era daquele. Juan aceita ajudar o rei, mas acaba traído pelo monarca, morrendo às suas mãos¹⁰⁵. Na prática, Froissart aponta, pela boca do urso, que Juan era um tirano e acabaria morto de forma violenta. Na figura de Juan de Aragão há uma crítica subtil à nobreza anti-petrista de Castela.

A intencionalidade de Froissart em usar a analogia caçador-tirano é tanto ou mais clara, quando este episódio é antecedido de um anterior capítulo em que o cronista descreve a corte do Conde de Foix, Gaston III, o Febo, um dos seus grandes patronos¹⁰⁶. O capítulo começa com um panegírico a Gaston III, um dos homens mais ricos e poderosos do século XIV, assim como um grande caçador. O cronista descreve o conde como um modelo de virtudes¹⁰⁷. Gaston III é simultaneamente, para Froissart, o homem mais bem constituído e elegante que viu, superando qualquer rei e nobre. É também um exemplo a nível moral, sendo devoto e generoso com todos e também um excelente gestor. Logo a seguir, Froissart descreve a paixão desenfreada pela caça que ele tinha. O cronista descreve mesmo que o conde tinha um grande amor pelos cães de caça e que adorava as armas e o amor (romântico neste caso). Descreve também como o Febo é pouco dado a comer. Logo a seguir, descreve a gestão económica do conde e apesar de aparentemente elogiar a mesma, pelos enormes lucros que lhe confere, transparece no relato froissartiano uma imagem de um Gaston III como dotado de uma personalidade controladora, numa sugestão de possível traço tirânico. Logo de seguida, Froissart descreve como o conde se indispõe com a esposa, Inês, e o filho, Gaston. Após uma série de intrigas, movidas por Carlos II, rei de Navarra e irmão de Inês, o filho Gaston é preso e morre no cárcere, por ordem do pai, após supostamente tentar envenená-lo. Logo de seguida, Froissart, ainda reflectindo sobre esta tragédia, narra o episódio nocturno caricato de Pedro de Bearn, irmão bastardo de Gaston. Esta narração aparece deslocada no tempo e no espaço e parece uma histórica críptica, em que se usa a caça como código

¹⁰⁵ Macchi e Amado (eds.), 2007, cap. XXI, p. 97; Martin (ed.), 1991, cap. VI, p. 194.

¹⁰⁶ Brereton (ed. e trad.), 1968, capítulo "At the Court of the Count of Foix (1388)", Livro III.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

literário para transmitir uma mensagem. O objetivo do anterior capítulo era “inaugurar” a temática do condado de Foix, por assim dizer, onde Froissart vivia então. A história cómica de Pedro de Bearn não tem lógica sequencial nem interesse para a narração principal. A sua existência apenas faz sentido à luz de um objetivo ideológico de Froissart, não um objetivo historiográfico.

Em suma, cinco características emergem da personalidade do Febo: caçador inveterado, amante de mulheres, acumulador de grande riqueza, dominador, pouco interessado em comer. Atente-se nestes cinco traços idiossincráticos. O capítulo da corte de Foix “abre”, por assim dizer, a narração de Froissart sobre o Febo. Froissart encerra o seu relato sobre este patrono, no Livro IV, num capítulo intitulado “a morte do conde de Foix”, que é, tal como o relato de Pedro de Bearn, uma espécie de anedota¹⁰⁸. Aqui conta como morreu Gaston III, de uma forma que o cronista descreve como muito “estranha”¹⁰⁹. Froissart começa por dizer que o conde amava a caça mais que tudo na vida e que mantinha mais de mil e seiscentos cães de caça. Gaston passou o último dia da sua vida a perseguir um urso e caçou-o com tal entusiasmo que começou pela manhã e quando a criatura foi morta era já quase noite, nem se parando para comer ou beber, isto apesar de ser um dia de agosto bastante quente. Após matar o animal, o conde sentiu fome e dirigiu-se para uma estalagem onde se sentou para comer. Ao lhe darem água para lavar as mãos, mal Gaston tocou na água fresca, o seu corpo entrou em convulsão e o conde morreu com uma síncope. Este episódio tem claramente semelhanças com a história de Pedro de Bearn. Ambos os irmãos caçam um urso e ambos têm uma paixão excessiva pela caça. Gaston tem uma paixão tal pela caça, que o leva a caçar, já em idade avançada, de manhã até à noite, sem parar para descansar ou comer, num dia muito quente de agosto. Acaba a morrer de uma síncope, provavelmente provocada pelo desgaste causado pela desidratação. Pedro de Bearn armava-se de noite para caçar, o que aterrorizava a esposa e o impedia de viver maritalmente com ela. Note-se que Froissart sugere que ambos os irmãos ignoravam necessidades vitais do ser humano (comer, dormir, beber, descansar, fazer vida marital) para se dedicarem à caça, algo acessório e em última análise fútil.

João de Salisbúria, no *Policrático*, vituperou o amor excessivo pela caça, que apenas tolerava quando esta era feita por necessidade alimentar ou defesa pessoal. Nada disso estava aqui em causa. Os irmãos não caçavam para comer, aliás Froissart frisa como o conde de Foix comia pouco, portanto não caçava por necessidade, mas por prazer. O facto de não caçarem para satisfazerem a fome, mas até se esquecerem de comer e beber por conta da caça, aponta que Froissart sugere personalidades que se dedicam a ocupações fúteis, com prejuízo até da sua própria vida. Froissart não está só nesta corrente de pensamento. João de Salisbúria criticou a caça por desporto como um

¹⁰⁸ *Ibidem*, capítulo: “The death of the Count of Foix (1391)”, Livro IV.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

exercício cruel, fútil e dispendioso, que associava à tirania. Veja-se esta passagem do Policrático:

«Entre todas las cosas que **perjudican a los hombres de alto rango**, pienso que no hay nada peor que el hecho de que el atractivo de la halagadora fortuna desvie su mirada de la verdad. **Pues el mundo acumula sus riquezas y placeres, y con ellos fomenta y enciende la comezón de la sensualidad aguzada... Quién más parecido a las bestias que aquel que, abandonando sus deberes...se pasa las noches luchando con los animales?»¹¹⁰**

João de Salisbúria relaciona aqui a caça com os prazeres sensuais do mundo; o abandono dos deveres dos governantes; a crueldade com os animais; o gosto pela violência; e a acumulação inútil de luxo. Há em Froissart uma implícita crítica aos gastos financeiros que a caça acarretava. Sobre esta questão há outro episódio curioso nas *Chroniques*. No livro I¹¹¹, Froissart começa por narrar o que se intitula “Consequências de Poitiers”, relatando aí as célebres *Jacqueries*, desde o seu começo até à morte de Etienne de Marcel. Nessa matéria, Froissart termina descrevendo os horrores causados pelas tropas inglesas, que após as *Jacqueries* se envolvem em pilhagens em França. Froissart descreve o terror e a devastação causados nas populações francesas por estas campanhas de saque. Ao descrever os exércitos salteadores, Froissart descreve em detalhe o material e o luxo que estes levam consigo, unicamente para se dedicarem à caça, apontando os gastos enormes que isto acarretava¹¹². Apesar de o fazer num tom moral aparentemente neutro, de súbito, Froissart faz surgir uma personagem curiosa, um frade franciscano, Jean de la Rochetaillade, que o cronista apelida de homem “sábio e de grande inteligência” e que pregou anos antes das *Jacqueries* em França¹¹³. O frade começa por citar o *Apocalipse* e os *Profetas*, afirmando que os grandes da Igreja e o reino de França seriam punidos devido ao “excessivo luxo” que acumulavam, para gastar em coisas inúteis, às custas de oprimir os mais desfavorecidos. Fez várias profecias que Froissart afirma que se cumpriram, nomeadamente grandes destruições e conflitos na França entre os anos de 1356-1359, período que engloba as *Jacqueries* e as campanhas de saque inglesas. Esta figura surge no final do relato sobre as *Jacqueries*, logo após Froissart descrever em detalhe a pompa e luxo que os nobres utilizavam na caça e no seu aparato militar. O cronista estabelece, em nosso entender, através de Jean de la Rochetaillade, uma ligação entre a caça e a acumulação de luxos fúteis, o gosto pela violência e saque, a tirania e por fim a agitação social que daí decorre. Este episódio curioso, a ser somado à matéria do condado de Foix, tornam claro que o autor terá

¹¹⁰ Ladero, Garcia e Zamarriego (eds.), 1984, Livro I, Cap. I, pp. 107-108. O negrito é nosso.

¹¹¹ Brereton (ed. e trad.), 1968, cap.: “Consequences of Poitiers”, Livro I.

¹¹² Esta matéria específica está no sub-capítulo “Brigandry, warfare and Predictions”, respetivamente *Ibidem*, cap.: “Consequences of Poitiers: Brigandry, warfare and Predictions”, Livro I.

¹¹³ *Ibidem*.

usado a analogia caçador-tirano como um código literário para escrever de forma críptica aquilo que não poderia escrever de forma mais aberta.

A este título, é curioso notar que Ayala e Fernão Lopes narram traços de personalidade similares nas suas crônicas, envolvendo personagens que apelidam de tiranos. Diferentemente de Froissart, Ayala e Fernão Lopes cingiram as suas narrações sobre a caça para figuras de cariz régio, tais como Pedro I de Castela, D. Fernando ou João de Castro, herdeiro putativo da coroa portuguesa. Por razões de tempo e espaço cingir-nos-emos em Ayala a Pedro I de Castela e em Fernão Lopes a D. Fernando.

Ayala relata como Pedro I foi um grande caçador, que amava caçar as aves e gastava fortunas com essa paixão¹¹⁴. Além disso, no início do seu reinado não se interessava em governar o reino, mas sim em caçar¹¹⁵. Foi a intervenção dos seus conselheiros que o orientaram para que se interessasse pelo reino, nomeadamente Samuel Levi, que acabou a ser o seu tesoureiro-mor e responsável por ele acumular um grande tesouro¹¹⁶. Ayala descreve sistematicamente Pedro I não raras vezes governando o reino por entre sessões de caça, durante as quais dá ordens de cariz governativo e também manda prender opositores, numa sugestão implícita de uma personalidade fútil, tirânica e desinteressada nos assuntos do reino¹¹⁷.

Na descrição final de Pedro I, após a sua morte em Montiel, Ayala aponta como o rei gastava anualmente mais de 30 mil dobras só na caça às aves. Descreve também como Pedro I era homem de comer pouco, dormir pouco e andar muito durante o dia, ligando pouco às necessidades básicas da vida.

A morte do rei Vermelho de Granada, por ordem de Pedro I, é narrada em Ayala como sendo movida pela ganância de Pedro I¹¹⁸. Também durante a sua *Crónica*, Ayala aponta que o rei tem um comportamento lascivo e inconstante com o sexo feminino. Pedro I é descrito como sendo amador de mulheres em excesso e de forma por vezes tirânica, como quando manda prender D. Aldonça, (durante uma sessão de caça) pela qual tinha interesse¹¹⁹. Além disso, teve um comportamento errático no tocante aos casamentos, desprezando abertamente a sua esposa, Branca, casando depois com D. Joana de Castro, da qual pouco tempo depois se afastou e viveu maritalmente longo tempo com Maria de Padilha sem, contudo, casar de forma oficial. Nesse âmbito, Ayala

¹¹⁴ Martin (ed.), 1991, cap. VIII, pp. 430-435; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. VIII, pp. 551-556.

¹¹⁵ Martin (ed.), 1991, cap. XIV, p. 25; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. XIV, p. 28.

¹¹⁶ Martin (ed.), 1991, cap. XV, pp. 155-157; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. XV, pp. 195-197.

¹¹⁷ Ver por exemplo o rei a tratar dos assuntos do reino por entre a sua paixão pela caça, que é o que lhe ocupa tempo, ver Martin (ed.), 1991, cap. XXXVIII, pp. 137-138; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. XXXVIII, pp. 173-174. Para a prisão de opositores ver Martin (ed.), 1991, cap. I, pp. 184-185; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. I, pp. 234-236.

¹¹⁸ Martin (ed.), 1991, caps. V-VI, pp. 272-275; Zurita e Amirola (eds.), 1779, caps. V-VI, pp. 345-349.

¹¹⁹ Martin (ed.), 1991, cap. I, pp. 184-185; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. I, pp. 234-236.

usa duas cartas do sábio mouro Benahatin, onde este faz uma espécie de espelho de príncipes e onde aponta, entre outros defeitos, a luxúria carnal como uma causa de ruína e tirania nos reis, apontando este vício como sinal de inconstância e descontrolo emocional, defeitos inapropriados num rei. Benahatin usa também uma cena de caça, onde um rei acaba a ver o seu leão, que cria para o ajudar na caça, devorar o seu filho, isto para sugerir que o amor pela violência acabará a ficar fora de controlo e a voltar-se contra o próprio caçador¹²⁰. Ayala, constrói uma imagem de Pedro I, descrevendo-o como um tirano, ganancioso, mulherengo, caçador frenético, pouco dado a comer, beber e descansar e sendo homem de grande esforço físico. Esta descrição é simétrica à analogia caçador-tirano de Froissart, que é seu contemporâneo.

Já Fernão Lopes, começa por descrever D. Fernando, como alguém dotado de grandes qualidades e que acabou a arruinar o seu legado por conta de uma personalidade inconstante¹²¹. Inicialmente, D. Fernando herda o reino de Portugal com um grande tesouro e em paz com os seus vizinhos. O rei é dotado de beleza, carisma, juventude, sendo grande amador de mulheres, amador da caça e generoso com todos. Contudo, a sua ambição ilógica em tornar-se rei de Castela mergulhou o reino em guerras insustentáveis que fizeram arruinar o tesouro do reino e puseram em causa a independência de Portugal. Tudo isto se deveu à personalidade inconstante de D. Fernando. O seu amor pela caça era tal que as aves nem podiam pousar com ele, segundo o cronista¹²². O jovem rei ocupava-se de tal modo com a caça, sem descanso, que negligenciava os assuntos do reino, sendo que o cronista relata como os conselheiros ameaçam o rei com o seu derrube caso não mude de comportamento¹²³. A sua personalidade inconstante começa a ser descrita por Fernão Lopes em vários momentos. Começando pelo desejo em reinar sobre Castela, um sonho irrealizável, bastas vezes D. Fernando foi aconselhado pelos conselheiros a não fazer guerra, contudo o monarca ignorou estes conselhos e atuou de forma arrogante e desdenhosa com os conselheiros¹²⁴. O móbil da guerra contra Castela era apenas a ambição pessoal e a sede de riqueza, não reivindicações legítimas, tudo isto sem pensar nas consequências para o reino. Seguiram-se as peripécias amorosas de D. Fernando, no qual ele mostra um comportamento inconsequente. Decide casar com D. Leonor Teles, movido unicamente pela luxúria, apesar de ela já ser casada, o que causa revolta no reino¹²⁵. Antes dela, D. Fernando comprometeu-se em vários casamentos em Inglaterra e nos reinos peninsulares, todos subordinados a tratados de paz e alianças vitais para o

¹²⁰ Martin (ed.), 1991, cap. XXII, pp. 377-386; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. XII, pp. 484-493

¹²¹ Macchi e Amado (eds.), 2004, «Prólogo», pp. 3-9.

¹²² *Ibidem*, pp. 4-5.

¹²³ Rebelo, 1983, pp. 35-36.

¹²⁴ Macchi e Amado (eds.), 2004, cap. CXIV, p. 415.

¹²⁵ *Ibidem*, caps. LVII-LXIV, pp. 197-227.

país, os quais foi desfazendo de forma caprichosa, para casar por fim com D. Leonor Teles, o que provocou inúmeros problemas diplomáticos a Portugal.

D. Fernando acabou a taxar de forma pesada os mais pobres, para pagar as suas guerras e arruinou assim o país. A taxaço excessiva é uma das imagens mais clássicas de tirania e ganância na cronística. Basta ver como Froissart sugere uma postura tirânica Gaston, o Febo, no tocante às finanças, com uma máquina burocrática implacável, onde ele cobra tudo ao mais ínfimo detalhe e investiga a fundo quem lhe deve algo. Assim, segundo Foissart, tornou-se um dos homens mais ricos do seu tempo. Em Fernão Lopes, D. Fernando arruinou o país com impostos pesados e em Ayala, Pedro I extorque grande quantidade de dinheiro em impostos, através da sua máquina burocrática, o que o torna um rei riquíssimo.

Há uma simetria nas características dos três cronistas, a partir dos quais se pode perceber um perfil do caçador-tirano: paixão desenfreada pela caça, mesmo que à custa de não comer e dormir, inconstante, ganancioso, amante do luxo excessivo, lascivo, arrogância e tirania. O caçador-tirano dos três cronistas negligencia as necessidades básicas da vida (comer, dormir, beber, vida marital) e a nobre tarefa de governar, em prol de ocupar-se de um exercício fútil. Curiosamente, revelam na vida sexual um comportamento promíscuo e inconstante, ao mesmo tempo que desprezam as suas esposas legítimas. Este perfil é simétrico ao que descrevia João de Salisbúria no *Policrático*: a violência gratuita contra a vida, seja humana, seja animal; o afastamento das tarefas importantes do reino para se dedicar à caça; os nefastos efeitos sociais da caça; a futilidade da caça por comparação com atividades nobres como a governação ou as letras; a associação à tirania¹²⁶. João de Salisbúria focava, diferentemente de Froissart, Ayala e Fernão Lopes, a ruína agrícola que causava as leis da caça, que além do mais, considerava como uma ocupação indigna dos grandes espíritos¹²⁷. Já, do ponto de vista económico, os cronistas apontam a ruína provocada pelos gastos excessivos com a caça. O *Policrático* providencia um perfil do caçador-tirano, que neste caso é um *exemplum* invertido do rei ideal, sendo que este modelo literário emerge em autores como Froissart, Fernão Lopes ou Ayala, apenas com ligeiras variações.

As deposições de Ricardo II (1377-1400) e Eduardo II (1307-1327) em Froissart

Voltando às deposições régias, o segundo episódio que Froissart usa para construir a imagem de Pedro I e de Henrique de Trastâmara é a deposição de Ricardo II de Inglaterra, que se dá em 1399. O rei inglês começa por ser apoiado e elogiado por Froissart. Contudo, irá cair na tirania, executando crescentemente um conjunto de nobres e deixando que o crime e a insegurança campeiem na Inglaterra, gerando o caos

¹²⁶ Ladero, Garcia e Zamarriego (eds.), 1984, Livro I, cap. I, pp. 107-108 e Livro I, cap. 3, p. 109.

¹²⁷ *Ibidem*, cap. 4, pp. 117-118.

social. A partir daí Froissart passará a descrever como Henrique de Bolingbroke, futuro Henrique IV, será alçado rei pela nobreza que derrubará Ricardo II. Este último, Henrique IV, é descrito por Froissart como o *exemplum* das virtudes régias: grande guerreiro, sábio, prudente, generoso, misericordioso, justo e que governa apoiado nos conselheiros¹²⁸. O momento em que Ricardo II se exila no castelo de Flint, quando se apercebe que Henrique de Bolingbroke vem com a nobreza para o derrubar, é quiçá o ponto mais alto dessa exemplaridade e um dos momentos mais relevantes da prosa de Froissart. Ricardo II refugia-se no castelo de Flint¹²⁹ por medo de Henrique e recusa-se a sair. Henrique entra no castelo, com apenas alguns homens consigo, em clara desvantagem numérica. O seu objetivo é concertar uma rendição de Ricardo que evite um banho de sangue e uma saída diplomática para a revolta contra o rei. Quando Henrique se encontra com Ricardo, atua de forma cortês, respeitando a dignidade de Ricardo II enquanto rei, assegurando-lhe que se se entregar lhe irá poupar a vida e se irá fazer um processo legal que resolva a guerra¹³⁰. Ricardo II aceita sair com Henrique, em troca da sua vida. Entretanto numa cena curiosa, um cão que pertencia a Ricardo II e que só a ele obedecia e não se deixava tocar por mais ninguém, vai a correr quando vê Henrique e Ricardo a passearem juntos e salta para cima de Henrique IV, cumprimentando-o com entusiasmo. Esta cena de Froissart evoca a história de Argo, o cão de Ulisses, que após vinte anos reconhece o dono quando este volta da guerra de Tróia – Ulisses que é simultaneamente o dono e o verdadeiro rei de Ítaca¹³¹. A analogia que Froissart leva a cabo é clara. O cão régio, que só se deixava tocar e obedecer por Ricardo II, reconhece Henrique como verdadeiro rei. O cão, tido como um exemplo de lealdade máxima, reconhece Henrique IV como o verdadeiro rei¹³².

Após sair do castelo de Flint, Ricardo II é colocado na Torre de Londres e é convencido a afastar-se do poder. Este rei é descrito por Froissart como alguém fraco de personalidade, covarde, fútil, tirânico, cruel, imprudente, irracional e vingativo. É um *exemplum* negativo do que um rei não deve ser, sendo o oposto do *exemplum* que Henrique IV simboliza. Os diálogos que Froissart coloca entre Henrique IV e Ricardo II, quer no Castelo de Flint, quer na torre de Londres, são uma construção simétrica dos últimos dias da vida de Pedro I em Montiel, na sua guerra contra o irmão. Começamos pela descrição de tirania. Froissart afirma que Pedro I executou nobres de forma cruel e tirânica em vários momentos, perdendo a razão pelos métodos que usou. Para o cronista, um rei deve ser misericordioso e deve procurar ganhar o apoio da nobreza.

¹²⁸ Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 809-861; Brereton (ed. e trad.), 1968, cap. “The downfall of Richard II, 1397-1400”.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 809-861; Brereton (ed. e trad.), 1968, cap. “The downfall of Richard II, 1397-1400”.

¹³² *Ibidem*.

Contudo, Froissart entende que Pedro esteve rodeado de uma nobreza que nem sempre lhe foi leal e que bastas vezes alinhou com os irmãos em conjuras contra ele.

Quando o rei Pedro I está em batalha em Montiel, luta com coragem e exibe grande capacidade militar, o que para o cronista francês é uma qualidade *sine qua non* num rei. Já Ricardo II é cobarde e mau guerreiro¹³³. E na morte, Pedro I mantém uma dignidade régia que Froissart não deixou de ressaltar. O rei sai à noite do Castelo de Montiel devido ao cerco e é traído por Le Bègue de Villaines. A primeira coisa que diz ao captor é «Sou o rei Pedro, um homem muito difamado»¹³⁴. Note-se que já em vida Froissart assinala que Pedro I tinha consciência da guerra propagandística contra ele, considerando-se um homem desacreditado. Pelo seu lado, Ricardo II acabará a reconhecer, no diálogo com Henrique IV na Torre de Londres, que as acusações contra ele são verdadeiras. Um detalhe crucial no relato froissartiano é quando Le Bègue detém o rei Pedro I. O cavaleiro reconhece-o porque Pedro I, segundo Froissart, se parecia muito com Henrique II¹³⁵. Este detalhe é assaz curioso, porque, tratando-se de meios-irmãos, só tinham o pai em comum. Ora, se Pedro I era muitíssimo parecido com Henrique II, então tal só se poderia dever a que ambos eram filhos do mesmo pai. Os rumores de dúvida da paternidade de Pedro I são aqui refutados por Froissart de forma clara e intencional, não havendo nenhuma dúvida que o cronista escreveu este detalhe para afastar de vez qualquer dúvida sobre a paternidade de Pedro I.

Ayala e Fernão Lopes, ambos, curiosamente, só fazem alusão ao físico de Pedro I para dizer que Henrique não reconheceu o irmão, no que é uma resposta clara a Froissart. Ao passo que o francês coloca Pedro I a ser reconhecido por Le Bègue de Villaines, precisamente por ser muito parecido com o irmão Henrique, Ayala e Fernão Lopes “respondem” a Froissart colocando Henrique a ser incapaz de reconhecer o irmão que supostamente seria muito parecido consigo. A construção narrativa da morte de Pedro I em Ayala e Fernão Lopes copia, de forma simétrica, a estrutura froissartiana, procurando responder a todos os detalhes desta. Quando Pedro I encontra Henrique, nos aposentos de Yvain de Lankonnet, está praticamente só e em total inferioridade numérica. Contudo, mal vê o irmão, este ataca-o dizendo: «Onde está esse filho de judeu que se diz rei de Castela?»¹³⁶, ao que Pedro I responde declarando: «Tu és filho de uma meretriz. Eu sou filho do bom rei Afonso»¹³⁷. Froissart diz que Pedro, esse homem «corajoso e sanguinário»¹³⁸, lança-se contra Henrique e facilmente o subjuga e saca de um punhal que tinha, quase o matando. Contudo, o visconde de Rocaberti intervêm,

¹³³ Brereton (ed. e trad.), 1968, Livro I: “The Battle of Montiel and the death of Peter the Cruel, 1369”.

¹³⁴ *Ibidem*. A tradução para português desta passagem e das seguintes deste capítulo são da nossa autoria.

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ *Ibidem*.

vira ao contrário Pedro I e, Henrique, soltando-se assim com apoio dos companheiros, mata o irmão juntamente com os apoiantes. Em suma, em Froissart, Pedro I morre a lutar, sem mostrar receio de Henrique ou a pedir-lhe misericórdia, nunca admitindo que ele o insulte ou ponha em causa o seu direito ao trono ou a sua filiação com o rei Afonso XI.

Por contraste com este esquema, o cerco no Castelo de Flint e a prisão de Ricardo II na Torre de Londres apontam para uma situação distinta em cenário inglês. Henrique IV é retratado por Froissart como não tendo nenhuma ambição em ser rei e só o será após a nobreza lhe pedir que seja rei por conta do reinado catastrófico de Ricardo II. Após a proliferação da tirania e do caos social em Inglaterra, Henrique IV acede a ser rei, mas exige ser eleito num processo formal e com a garantia que Ricardo não seja executado, antes abdique do trono. No cerco de Flint, Henrique IV vai ter com o primo Ricardo II ao castelo de Flint, apenas com alguns homens, em clara desvantagem numérica e arriscando a vida para impedir um banho de sangue. Pede uma reunião ao rei e trata-o cordialmente mesmo após este o ter espoliado do seu ducado. Garante a Ricardo II que tudo fará para que não seja executado. Garante-lhe que venha a ser colocado na Torre de Londres em segurança e conforto. Ricardo II acede vendo-se sem possibilidades reais de continuar a resistir, tentando ganhar tempo¹³⁹. Na Torre de Londres, com Ricardo II já preso, Henrique IV convence o ainda rei a abdicar para salvar a vida. Acusa-o de não ser filho do Príncipe Negro, mas sim de um clérigo, de ter sido tirano, de ter acumulado um poder inédito para o rei em Inglaterra, em violação da liberdade dos súbditos, de ser covarde e de ter deixado o país à beira do caos pela inação contra o crime. Tudo isto por uma conjugação de defeitos pessoais e de ter colocado maus conselheiros, cujo único objetivo era enriquecerem à custa do interesse comum do reino. Mesmo assim, Henrique IV fala-lhe num tom respeitoso e garante-lhe que se abdicar salva a vida, porque ele convencerá a nobreza a não se vingar dele. Ricardo II é incapaz de contra-argumentar a Henrique IV, nem tenta fazê-lo. Apenas se importa em salvar a vida, temendo as represálias da nobreza. Não se empenha em refutar as acusações de Henrique à sua mãe e à sua paternidade. Ricardo é retratado por Froissart como covarde, sem dignidade e amor-próprio e apenas preocupado em salvar a vida. Após algum tempo, os apoiantes de Ricardo II tentam de novo colocá-lo como rei e ele aparece morto, em circunstâncias que Froissart diz terem de ser apuradas, mas que crê não ter Henrique IV a mandar matá-lo¹⁴⁰.

O contraste com a deposição de Pedro I é claro. No caso castelhano, conquanto Froissart censure os métodos que Pedro I usou contra a nobreza, afirma também que o reinado do Cruel começou por ser próspero. Ao contrário de Ricardo II a quem, pela boca de Henrique IV acusa de ser filho de um clérigo, de Pedro I, Froissart defende que

¹³⁹ Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 809-861; Brereton (ed. e trad.), 1968, cap. "The downfall of Richard II, 1397-1400".

¹⁴⁰ *Ibidem*.

era o rei legítimo e que as acusações de não ser filho de Afonso XI não têm fundamento. Coloca o rei Pedro I a ter uma postura de dignidade, nunca se humilhando a pedir misericórdia ao irmão. Todo o curto diálogo entre Pedro e o irmão é pautado por acusações mútuas, onde, todavia, Pedro nunca deixa que Henrique o humilhe ou ponha em causa a sua legitimidade como rei e filho de rei. Pedro I defende a sua honra com a sua destreza militar e teria matado o irmão, mesmo em total inferioridade numérica, por ser um grande guerreiro, o que Froissart nunca deixa de frisar. Henrique nunca enfrenta o irmão a não ser quando este está sozinho e o Trastâmara rodeado de apoiantes armados, no que é uma implícita sugestão de cobardia perante o irmão, que era um guerreiro temível. Apesar de tanto Ricardo II como Pedro I terem sido depostos com acusações de tirania, Froissart faz uma simetria nas descrições para criticar subtilmente Henrique de Trastâmara. Ao passo que Ricardo II não exhibe sentido de honra, nem valentia nem amor-próprio, Pedro I mostra coragem, destreza militar e dignidade típicas de um rei. Prefere morrer a permitir que o irmão o insulte e ataca-o mesmo sabendo que as hipóteses de o derrotar eram quase nulas¹⁴¹. Quanto a Henrique II, é comparado com Henrique IV de forma negativa. Os últimos momentos de Ricardo II¹⁴² e de Pedro I são reconstruídos em Froissart de forma tanto simétrica como assimétrica. São simétricos no que toca à estrutura dos episódios. Ambos os reis depostos estão a ser atacados pela sua nobreza; ficam cercados num castelo; o candidato a rei dirige-se ao local para acabar com o cerco; existe um diálogo entre o rei deposto e o novo rei; existe uma prisão do rei deposto e a consumação da deposição do rei.

Contudo a assimetria dá-se nos detalhes e na interpretação dadas por Froissart. Ao passo que Ricardo II é retratado como um cobarde escondendo-se de Henrique IV no castelo de Flint, Pedro I é retratado como um rei corajoso e um guerreiro temível. Ao passo que Ricardo II parece incapaz de decidir por si nas coisas mais mínimas quando se vê cercado, Pedro I é apresentado como sendo um estratega competente, capaz de calcular os passos a dar, tendo tido a infelicidade apenas de o castelo de Montiel não ter provisões como se pensava. Ricardo II é colocado como estando em queda irreversível, sem apoio da nobreza, já Pedro I é colocado como apenas tendo tido infelicidade da falta de mantimentos no Castelo de Montiel, que era inexpugnável à partida. Froissart sugere que Pedro I, pese embora já ter perdido parte do apoio da nobreza, devido à tirania que cometeu em dado tempo, continua, para o autor, a ter grandes recursos materiais e apoio em parte da nobreza e poderia perfeitamente ter conseguido dar a volta à situação com alguma sorte. Existe assim uma construção

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² Conquanto Ricardo II não morra no cerco de Flint, o cerco é simbolicamente o fim do seu reino, tal como o Castelo de Montiel foi para Pedro, porque Ricardo II concorda em entregar-se a Henrique IV.

simétrica de estruturas nos dois episódios de deposição régia, com uma construção ideológica assimétrica das mesmas.

Froissart retrata a forma como Ricardo II torna o seu reinado uma tirania e nos anos finais num caos económico e social crescente. Froissart descreve uma situação que considera insustentável e apoia a atitude da nobreza em depor Ricardo II¹⁴³. Elogia grandemente a atitude de Henrique IV que sempre se mostrou cortês com Ricardo II, mesmo sem este propriamente o merecer, segundo Froissart. Henrique IV enfrenta Ricardo II no cerco de Flint, indo ao castelo onde está o rei, com poucos homens e em inferioridade numérica, ao contrário de Henrique II que esperou que o irmão fosse preso e estivesse isolado nos aposentos para o enfrentar na companhia dos seus apoiantes muito numerosos, ao passo que Pedro estava apenas com Álvaro de Castro e um escudeiro, que o tenta salvar e morre. Henrique IV não procura matar Ricardo II e nem deseja um banho de sangue e arrisca a vida a falar com Ricardo II para o convencer a render-se. Henrique IV nunca exhibe medo de Ricardo II e aceita passear com ele para discutirem o futuro do reino, de forma amigável. Henrique de Trastâmara entra nos aposentos de Lankonnet para humilhar e matar Pedro I, sem nunca ter a paz como objetivo, nem mostra respeito por um homem que é simultaneamente seu rei e seu irmão. Henrique IV mostra misericórdia para com Ricardo II, tentando salvar-lhe a vida, ao passo que Henrique II exhibe um comportamento vingativo para com o irmão. Henrique IV tenta exilar Ricardo II na Torre de Londres, dando-lhe um final de vida o mais condigno possível. Henrique II trata o corpo do irmão de forma indigna, deixando-o exposto e alvo de chacota¹⁴⁴.

O detalhe da queda de Henrique II e Pedro I e a «guerra» que gerou entre as versões de Ayala, Froissart e Lopes pode ter um significado menos claro à partida. Para Froissart, um bastardo não deve em teoria poder herdar o trono a não ser em casos excecionais. Os dois bastardos que Froissart coloca a ganharem a coroa, João I e Henrique II, ganham o trono pela força, como o francês aponta. Ou seja, não esgrimem em seu favor mais nenhum critério claro que não seja a conquista militar do trono, ou sejam são *reis de facto*. Nesse sentido, se como o francês aponta um bastardo apenas pode conquistar o trono pela força, é curioso que Froissart insista numa ideia de veicular Pedro I como um guerreiro temível, algo que não faz curiosamente com Henrique, que coloca apenas a enfrentar o rei quando este está preso nos aposentos de Lankonnet e em total inferioridade numérica. Se o trono acaba a ser disputado como se de uma justa medieval se tratasse, então o guerreiro que sair vencedor será rei legítimo. Nesse sentido, os dois irmãos enfrentam-se nos aposentos de Lankonnet. Henrique entra no quarto e insulta o irmão que lhe responde sem medo. De repente, Pedro, com grande destreza bélica, agarra o irmão, saca de um punhal e teria morto o irmão (como Fernão

¹⁴³ Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 809-861; Brereton (ed. e trad.), 1968, caps. “The downfall of Richard II, 1397-1400” e “The Battle of Montiel and the death of Peter the Cruel, 1369”.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

Lopes reconhece) se os apoiantes de Henrique não o tivessem salvo, tendo eles depois agarrado Pedro e depois todos juntos morto o rei. Numa luta justa e sem interferência Pedro teria ganho. Henrique teve a sorte de Pedro ter ficado em inferioridade numérica, caso contrário teria morrido. Isso pode explicar porque Ayala, Fernão Lopes e Froissart despenderam tanto tempo a debater quem derrubou quem ou quem caiu primeiro. Numa luta de sucessão violenta, onde um bastardo reclama um trono a um rei legítimo e pautada por uma guerra propagandística considerável, tudo acabou por se resumir à conquista do trono pela força. Nesse requisito era fundamental que Henrique tivesse derrotado o irmão numa luta justa e por isso Ayala reescreveu a morte de Pedro em resposta a Froissart, colocando o conde de Trastâmara a derrotar claramente Pedro I. Já o francês mina a base de legitimidade de Henrique, sugerindo que ganhou o poder pela força, mas com sorte, porque numa luta justa teria perdido. Fernão Lopes, que via a questão dinástica castelhana com alguma distância, porque pouco interessava a Portugal, pode escrever de forma diferente, mas não deixou de indicar que Pedro teria morto o irmão, o que, de certo modo, minava a legitimidade de Henrique, algo que poderia interessar mais ao cronista português considerando as reivindicações Trastâmara à coroa lusa.

Em essência, para Froissart a tragédia de Montiel podia ter sido evitada dando o exemplo da deposição de Ricardo II, que se dá cerca de trinta anos após os acontecimentos de Montiel. Mesmo que assistisse razão a Henrique II em depor Pedro, facto que Froissart não deixa de apontar, porque reconhece que Pedro tinha já alienado parte da nobreza, além de ter perdido o apoio inglês, para o cronista toda a forma como o conde de Trastâmara depôs o irmão violou as leis da cavalaria, do reino e dos laços de sangue entre os dois homens. Além de ser um bastardo, algo que Froissart censura, Henrique lançou uma campanha de difamação contra o irmão desde o início do reino, como se subentende pelas palavras que Froissart põe na boca de Pedro I, quando este diz ser um homem «difamado por más-línguas»¹⁴⁵. Henrique quis conquistar o reino pela força, mesmo que o irmão tenha perdido o apoio da nobreza e se viesse a comportar como um tirano em vários momentos. Ao criar uma narrativa da deposição e prisão de Ricardo II simétrica ao caso castelhano, Froissart mostrou um cenário alternativo de deposição que não teria envolvido o que para o cronista foi um regicídio e fratricídio evitável.

Conquanto Froissart não tenha sido testemunha da deposição de Eduardo II, que sucedeu em 1327, antes de o cronista nascer¹⁴⁶, há semelhanças neste episódio com o *exemplum* régio que Froissart desenvolveu ao longo das suas *Chroniques*. Tal como com Ricardo II, o reinado de Eduardo II degenera numa situação de tirania e caos crescente,

¹⁴⁵ Brereton (ed. e trad.), 1968, “The Battle of Montiel and the death of Peter the Cruel, 1369”.

¹⁴⁶ Diller e Ainsworth (eds.), 2001, pp. 77-137; Brereton (ed. e trad.), 1968, Livro I, capítulo “The beginning of a reign”.

devido à influência negativa de um mau conselheiro: Hugh Despenser. Em Ricardo II, a má influência principal era o Earl of Marshall¹⁴⁷. No caso de Eduardo II a situação agrava-se com as acusações de que o rei e Despenser tinham uma relação homossexual. Este conselheiro é tido como o arquétipo do mau conselheiro em Froissart: ambicioso, imprudente, tirano e cruel. É ele que incita o rei a governar mal, a assassinar a nobreza, a tyrannizar e a gerar um crescente caos¹⁴⁸. Eduardo II acaba deposto e substituído por Eduardo III, o seu filho, que casará com Filipa de Hainaut, a grande patrona de Froissart. Hugh Despenser acaba vexado e executado em público. Eduardo II é também submetido a humilhações públicas e morre no mesmo ano em que é deposto¹⁴⁹. Este rei poucas qualidades possuía para Froissart. Além de ser fraco, era cobarde, influenciável por maus conselheiros, ganancioso e tirânico. A morte de Despenser nos primeiros capítulos do Livro I é um dos pontos altos da obra de Froissart, pela emoção e tensão que confere a todo o episódio do derrube do rei e do seu favorito, que o cronista culpa pelo mau governo de Eduardo II.

O Livro I sofreu uma refeitura significativa, sendo que a matéria deste Livro constituiu uma das últimas partes que Froissart reescreveu, já próximo da sua morte¹⁵⁰. Ao contrário de Ricardo II, onde Froissart apesar de apoiar o seu derrube elogia a misericórdia de Henrique IV e o facto de a deposição ter sido enquadrada dentro dos processos legais existentes, no caso de Eduardo II, na versão final que o francês escreve, pouco antes da sua morte, a humilhação pública a que Despenser e o rei são submetidos, quando são obrigados a desfilar derrotados, exibindo trajes vexatórios, é defendida pelo cronista¹⁵¹. Contudo, tal fazia parte da punição legal para os atos cometidos, por isso Froissart persiste no mesmo ponto que no derrube de Ricardo II: o rei só pode ser deposto em processo legal e com forte justificação moral. Eduardo II é uma personagem muito negativa em Froissart, não reunindo qualidades típicas de um rei, ao contrário de Pedro I que tem inicialmente um reinado positivo. Além disso, Despenser é também executado pelas alegações de sodomia e parte da punição pública, quer do rei quer do seu conselheiro, inserem-se num quadro legal de punição desta alegada relação. A diferença em Froissart do relato em que censura o tratamento de Henrique II dado a Pedro I para um apoio ao tratamento dado a Eduardo II e Ricardo II é que, para o francês, os dois últimos foram condenados dentro dos processos legais vigentes, além de terem cometido crimes que, para o cronista, extravasam o que é aceitável num rei. Ricardo II matou por ganância, por mau aconselhamento e pelos defeitos pessoais que possuía. Essa dedução é colocada por Froissart na boca de Henrique IV quando diz ao primo que

¹⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸ *Ibidem*.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ Para um estudo da complexa refeitura da obra de Froissart, ver Croenen, 2015.

¹⁵¹ Para os detalhes desta narração de Froissart, remetemo-nos ao *The Online Froissart*, Croenen e Ainsworth (eds.), 2013; (Paris ms. fr. 20356, folio 8 v).

se ele não se tivesse tornado um tirano teria conservado a coroa¹⁵². Eduardo II poucas virtudes tinha para Froissart, além do escândalo da alegada relação com Despenser e foi punido pelos atos que cometeu. Já Pedro I, para o francês, foi vítima de um contexto desfavorável desde que começou a reinar, com uma nobreza que lhe era hostil, liderada pelos seus irmãos, aliado ao facto de ele e a mãe terem sido vítimas de rumores que lançavam dúvidas sobre a sua paternidade. Conquanto Froissart não desculpe os seus defeitos, que aponta principalmente como sendo a violência, o espírito sanguinário, e deslealdade por vezes aos seus apoiantes (como o rei inglês), vê, ainda assim, qualidades tipicamente régias em Pedro I e elogia a forma como ele morre com dignidade. Também é significativo que ao contrário de Eduardo II e Ricardo II, cujas figuras sofrem de ataques de carácter por parte de Froissart, com acusações de sodomia e ilegitimidade respetivamente, tal não emerge em Pedro I, que o cronista vê como um rei legítimo que acaba com um fim trágico. O cronista francês tem de Pedro I uma visão complexa, não vendo o monarca em tons de preto e branco, mas sim como uma figura com virtudes e defeitos. Froissart viu a guerra civil de Castela como marcada por dois lados que lançaram guerras de propaganda, com uma lenda negra e uma lenda positiva contra Pedro I desde muito cedo. Henrique fez acusações contra Pedro I que não conseguia provar, como o facto de ele não ser filho de Afonso XI. Numa guerra de propagandas dos dois lados, tudo se resumiu, para Froissart, numa luta corpo a corpo que Henrique ganhou apenas por sorte. O facto de Froissart criticar a forma como Pedro I é tratado após morrer, algo que não sucede quando narra a queda de Eduardo II e Ricardo II, mostra que para o cronista de Valenciennes a diferença esteve em que, no caso inglês, os reis foram depostos e presos dentro de um quadro legal, por isso o tratamento a que foram submetidos era o juridicamente estipulado e pagaram pelos crimes que fizeram. No caso de Pedro I, Henrique nunca mostrou a força dos seus argumentos ou das acusações que fez e na prática executou o irmão, que era o rei, num processo à margem das leis e com pormenores pouco edificantes.

Podemos concluir que o *exemplum* de bom rei em Froissart é: um grande guerreiro, sábio, prudente, um rei que reina com os seus conselheiros, misericordioso, generoso e piedoso. Um bom conselheiro deve ser: sábio, prudente, misericordioso, competente. Em Eduardo II, Froissart mostra um rei fraco, dominado por conselheiros ambiciosos, sem escrúpulos, que procuravam reis fracos para subjugar. O mesmo sucederá em Ricardo II, com alguns matizes. Podemos concluir que Froissart entendeu na figura de Henrique IV o seu *exemplum* ideal de rei e na de Eduardo II o seu oposto. A nobreza castelhana de Aljubarrota é o epitome dos bons conselheiros e a sua ostracização por Juan I resultou numa das maiores derrotas militares da história do seu reino. Os conselheiros jovens, imprudentes, ambiciosos são para Froissart os precursores do desastre e da tirania como é visível nas figuras de Hugh Despenser e o

¹⁵² Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, p. 826.

Earl of March. Froissart critica a ambição desmedida e a sede de glória pessoal nos conselheiros, que para o cronista só pode degenerar na tirania. As matérias de Eduardo II (derrubado em 1327) e de Ricardo II (derrubado em 1399) foram rescritas pouco antes de Froissart morrer e são o resultado de uma fase mais madura do autor, que denota já uma maior capacidade de avaliar o cinismo dos jogos políticos, os perigos que acarreta a procura da glória individual desenfreada e a diferença que existe entre o arquétipo cavaleiresco e a sua aplicação na prática.

Conclusões

Nos vários episódios analisados emerge a questão dos critérios de sucessão que regeriam a vida medieval. Com as deposições de Eduardo II e Ricardo II observamos que Froissart sugere que um rei pode ser deposto, pode abdicar ou ser sentenciado, conquanto tal se faça dentro de um processo legal, amparado pelas leis. A morte de Pedro I em Montiel não é defensável para Froissart, por ter sido uma morte à margem das leis, tendo configurado simultaneamente um regicídio e fratricídio. Froissart não parece acreditar na versão de ilegitimidade de Pedro, considerando que Henrique é um bastardo que só pôde conquistar a coroa pela força. Em Aljubarrota, defende a mesma visão para João I, que apesar de bastardo, Froissart retrata de forma positiva. Por exemplo, sublinha a coragem, humildade e dedicação do Mestre na Batalha de Aljubarrota, contrapondo-o a Juan I que se deixa levar por maus conselheiros¹⁵³. Também curiosamente coloca o Mestre de Avis a desferir golpes terríveis, provocando o terror em todos que dele se aproximavam, numa cena simétrica à fuga de Pedro I dias antes de morrer. Considerando que para Froissart, um rei bastardo *de facto* tem de provar que é um guerreiro competente para ganhar o trono, o cronista coloca o Mestre de Avis como um guerreiro competente e corajoso que ganhou na guerra o trono. O cronista defende que o direito de conquista do reino pela força acaba a ser algo que existe na prática e entende que João I acabou a ganhar o reino português porque se mostrou melhor guerreiro e líder que Juan I em Aljubarrota. A este título note-se que em Montiel, Froissart relata um rei legítimo a defender o seu trono, com golpes terríveis de machado, ao passo que em Aljubarrota relata um candidato ao trono a conquistar a coroa com golpes terríveis de machado. A bravura e os belos feitos de armas tornam-se um critério importante na legitimação dos candidatos à coroa.

Detetamos neste autor três tipos de reis ou monarcas que governam: os que *governam legitimamente*, que são reis porque são varões primogénitos ou os primeiros na linha de sucessão, como por exemplo Pedro I; *os ilegítimos* que ganham o trono pelo engano, como Ricardo II, que o cronista sugere não ser filho do Príncipe Negro, mas sim de um clérigo. Nos ilegítimos há outra tipologia que é a tirania, ou seja, um rei tirano que se apoderou do poder pela força. O terceiro grupo são os *reis de facto*. Este grupo

¹⁵³ Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

compõe-se de infantes, bastardos ou legítimos, como Henrique II e João I que governam de facto porque têm a força. Em Fernão Lopes e Ayala, uma mesma tripartição ocorrerá quando tentarem defender a ascensão de reis bastardos que se inseriam no terceiro grupo. Assim sendo, a questão do papel dos bastardos na sucessão é um tema eternamente debatido na historiografia¹⁵⁴. Quando Fernão Lopes aponta que deve governar o melhor, poder-se-ia falar aqui de um quarto grupo de poder, os que governam pelo mérito, contudo tal não é passível de ser mensurável. Como se define quem é melhor? Quais os critérios? Cremos que Fernão Lopes e Ayala optaram sempre por tentar enquadrar os seus candidatos à coroa na primeira categoria supracitada, sendo que a ascensão de Henrique II e João I é na verdade produto da terceira categoria. Ambos ganharam o poder pela força, sendo que a ideia de reis *de facto* era difícil de justificar na época medieval. Abriria sempre a porta à ideia que qualquer um poderia governar desde que se apoderasse do poder. A cronística foi sempre usada para tentar legitimar processos de tomada de poder de reis de facto que procuravam *à posteriori* enquadrar-se na primeira categoria. Daí os ataques de Fernão Lopes a Beatriz ou de Ayala a D. Maria. Froissart fez o mesmo com Joana de Kent para legitimar a deposição de Ricardo II. Apesar de à partida o direito sucessório privilegiar a sucessão primogénita varonil, coloca-se a questão de saber se os bastardos ou as mulheres poderiam herdar.

Froissart¹⁵⁵, conhecedor do caso francês com a lei sálica, que excluía as mulheres da sucessão no caso ibérico, testemunha a disputa sobre se Beatriz de Portugal pode ou não herdar e no caso castelhano, se as filhas de Pedro I continuarão a transmitir o direito à coroa de Castela. Vemos que não há leis iguais nas várias coroas, não havendo um modelo sucessório claramente definido no Ocidente medieval. É isso que permite a diversidade de argumentos que os cronistas invocam para defender os reis que apoiam. Se, à partida, a primogenitura varonil fosse um princípio claramente inultrapassável, então João I nunca poderia reclamar o trono de Portugal sob qualquer argumento. Os bastardos e as mulheres sempre herdaram a coroa, em certas circunstâncias, contudo foram sempre casos minoritários. Rosário Ferreira¹⁵⁶ apontou que a coroa sempre teve fenómenos de transmissão no feminino, que foram por vezes ocultos na cronística oficial e na historiografia posterior pela dificuldade em descodificar estes fenómenos e aceitar que a primogenitura varonil não era sempre o único critério de sucessão. Os episódios aqui analisados assim o demonstram. Pedro I era primogénito de Afonso XI e nem por isso deixou de ser derrubado por aquilo que Froissart chama em Aljubarrota «ganhar pela força» a coroa. João I não era filho legítimo nem o primeiro dos filhos do rei D. Pedro I e nem por isso deixou de ganhar o poder pela força. Beatriz era a filha legítima de D. Fernando e foi afastada do poder. Se, contudo, uma mulher não pudesse herdar

¹⁵⁴ Serrano, 2005, pp. 311-353.

¹⁵⁵ Laranjinha e Barroca (trad. e eds), 2008.

¹⁵⁶ Ferreira, 2014, pp. 17-20.

em circunstância alguma então não teria havido guerra em 1383, herdaria sem problemas o varão mais próximo na linha de sucessão de D. Fernando. É precisamente porque as mulheres poderiam reinar ou transmitir a sucessão por herança que o conflito se deu e se tentou sugerir que ela não seria filha de D. Fernando. Se ela não pudesse herdar, tal não faria sentido.

Em Froissart, a ética cavaleiresca faz predominar o valor bélico no *exempla* régio. Para Froissart, um rei tem de ser um grande guerreiro. Considerando as limitações jurídicas a que o género feminino estava restrito na Idade Média, em que lhes era vetada o exercício militar na cavalaria, tal critério era um dos entraves que se colocavam à sucessão feminina no poder. Contudo, um rei que fosse doente poderia também estar inibido de lutar. Ou poder-se-ia dar o caso de uma mulher ser rainha e delegar na nobreza militar a função de defesa do reino, tal como um rei doente o faria. Essa situação não excluía, portanto, totalmente as mulheres do poder. Assim como a bastardia, sendo apenas pouco convencional um bastardo ser rei, sobretudo porque não eram iguais aos filhos legítimos¹⁵⁷. Contudo, em casos extremos, em que a coroa caísse em perigo de tirania, ou em perigo de um caos político ou em situações onde a nobreza não concordasse com um novo rei, um bastardo ou uma rainha poderiam reinar, tudo dependeria dos apoios que tivessem. Maria Joana Gomes¹⁵⁸ afirmou, em nosso entender acertadamente, que nunca houve uma clara definição de um modelo sucessório na aristocracia. Devido a essa questão, houve sempre vários critérios que se sobrepuseram na sucessão, até porque sempre que uma casa dinástica entrava numa crise de sucessão tinham de existir mecanismos de salvação do poder da mesma. Uma definição clara de um tipo de sucessão nunca existiu porque era preciso acautelar situações em que um rei pudesse ser deposto e onde o melhor candidato fosse um bastardo, uma infanta, ou infante ainda menor de idade. Não se poderiam apertar em demasia os critérios de sucessão porque tal poderia impedir soluções de recurso que salvariam casas dinásticas em tempo de crise.

Outro fator a ter em conta é, em nosso entender, que a ideia de uma sociedade medieval monolítica não é algo exato. Sempre tiveram lugar discussões sobre a sucessão régia e sobre a natureza do poder. A ideia do poder régio associado à força bélica excluía à partida as mulheres, mas não totalmente. Urraca não deixou de reinar em Leão mesmo sendo mulher. As mulheres ganharam um papel importante enquanto regentes dos reis menores de idade. No caso de Leonor Teles, a sua regência era efetivamente uma forma de reinar, em nome da filha, até o rei de Castela assumir o trono. Os ataques de Fernão Lopes à regente deveram-se precisamente ao exercício deste poder durante a crise dinástica, que o cronista considerou nefasto para o partido do Mestre de Avis. Se às mulheres não fosse reconhecida capacidade alguma, tão pouco seriam regentes. Apenas o direito sucessório medieval, por razões consuetudinárias, adotou uma preferência

¹⁵⁷ Serrano, 2005, pp. 37-38.

¹⁵⁸ Gomes, 2011, p. 5.

pela transmissão da coroa assente na primogenitura varonil, o que excluiu os infantes secundogénitos, as infantas e os bastardos. Nesse sentido, convém recordar a tradição ibérica de dividir o reino pelos vários filhos que ocorreu até ao século XII, tendo vindo a ser progressivamente abandonada até ao domínio da primogenitura varonil como critério de sucessão. A sociedade medieval não era, portanto, impermeável a debates e mudanças. Froissart faz disso eco, quando na sua obra disserta, em Aljubarrota, sobre se é legítimo um bastardo derrubar um rei legítimo. Ou se um reino pode ser conquistado pela força e não pela sucessão hereditária. Ou quando Ayala invoca a prática dos godos de eleger o melhor para rei. Ou quando Fernão Lopes diz que o Mestre é o melhor dos candidatos mesmo sendo bastardo e não primogénito. Froissart destaca o papel de Isabel, rainha de Inglaterra na deposição do seu marido, Eduardo II, sendo ela uma das principais figuras a comandar toda a campanha contra o marido. Tal como os bastardos, as infantas, as rainhas, no papel de regentes ou como transmissoras da coroa por herança possuíam grande papel político¹⁵⁹. A própria natureza da herança em questão teria que originar discussões. Herdar uma coroa não era o mesmo que herdar um conjunto de terras. Ao passo que propriedades rurais pouco impacto tinham na vida comum da nação, a coroa implicava um governo, partidos, fações e interesses vários. Se a nobreza se sentia prejudicada com um novo rei tenderia a atacá-lo, munindo-se de vários argumentos que pudessem ajudar a sua causa. Caso a nobreza ou o reino sentisse que o novo rei fosse o melhor para os seus interesses, não teria tanta preocupação se o rei em questão era o primogénito ou bastardo. Em boa medida, em qualquer sociedade a existência de regras claras é por muitos defendida como forma de evitar conflitos. Contudo, os conflitos surgem se existir choque de interesses. A herança de Beatriz em 1383 ia contra os interesses de vários membros da nobreza. O facto de ser mulher era apenas uma das questões em causa, o alinhamento de Leonor Teles com o partido castelhano era a questão mais central. Veja-se que Pedro I, varão, primogénito legítimo acabou deposto porque a nobreza se revoltou contra ele e deu o trono a um bastardo. Quando em 1383 grande parte da nobreza portuguesa apoiava o partido castelhano não hesitou em fazer de D. Beatriz a herdeira da coroa portuguesa, originando um conflito que durou décadas a sanar. Os debates sobre a sucessão régia sucederam-se, havendo, contudo, uma tendência na historiografia de apenas se centrar nos modelos majoritários da sucessão, nem sempre prestando atenção a situações minoritárias que demonstravam práticas consuetudinárias menos comuns.

¹⁵⁹ Ferreira, 2014, pp. 17-20.

Referências:

Fontes

- Ainsworth, Peter F. e Varvaro, Alberto (eds., 2004). *Jean Froissart. Les Chroniques* (Livro III e Livro IV), Paris, Lettres Gothiques.
- Amado, Teresa; Nunes, Ariadne; Pimenta, Carlota e Costa, Mário (eds., 2017). *Fernão Lopes. Crónica de D. João I: Primeira Parte* (Vol. I), Lisboa, INCM.
- Brereton, Geoffrey (ed. e trad., 1968). *Jean Froissart Chronicles*, [s.l.], Penguin Books.
- Cintra, Luís Filipe Lindley; Freire, Anselmo Braancamp, e Entwistle, William (eds., 1977). *Fernão Lopes. Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo* (vol. II), Lisboa, INCM.
- Croenen, Gotfried e Ainsworth, Peter F. (eds., 2013). *Jean Froissart. The Online Froissart. A digital Edition of the Chronicles of Jean Froissart, Version 1.5.*, disponível em: <https://www.dhi.ac.uk/onlinefroissart/>
- Diller, Georges T. e Ainsworth, Peter F. (eds., 2001). *Jean Froissart. Les Chroniques* (Livro I e Livro II), Paris, Lettres Gothiques.
- Laranjinha, Ana Sofia e Barroca, Mário (trads. e eds., 2008). *Jean Froissart. Crónicas: duas passagens relativas a Aljubarrota*, São Jorge, Fundação Batalha de Aljubarrota.
- Macchi, Giuliano e Amado, Teresa (eds., 2004). *Fernão Lopes. Crónica de D. Fernando*, Lisboa, INCM.
- Macchi, Giuliano e Amado, Teresa (eds., 2007). *Fernão Lopes. Crónica de D. Pedro*, Lisboa, INCM.
- Martin, José-Luis (ed. 1991). *Pero López de Ayala. Crónicas*, Barcelona, Planeta.
- Zurita, Jeronimo e Amirola, Eugenio de Llaguno (eds. 1779). *Pero López de Ayala. Cronicas de los Reyes de Castilla Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III / por D. Pedro Lopez de Ayala ... ; con las enmiendas del Secretario Geronimo Zurita ; y las correcciones y notas añadidas por Don Eugenio de Llaguno Amirola ... ; tomo I que comprende la cronica del Rey Don Pedro*, Madrid, en la imprenta de Don Antonio de Sancha.

Bibliografia

- Amado, Teresa (1997), *Fernão Lopes: contador de histórias. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Araújo, Jorge António (2019), «Portugal na Cronística Castelhana e Aragonesa: de Pero López de Ayala a Jerónimo Zurita», in Alexandra Carvalho, et. al. (org.), *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*, Porto, Flup, pp. 125-162.

- Arnaut, Salvador Dias (1960), *A crise nacional dos fins do século XIV. I: A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Calado, Adelino de Almeida (ed. 1998). *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Calado, Adelino de Almeida (ed.1991). *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Ed. crítica da Cronica do Condestabre*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Cunha, Paulo Morgado e (2017) «“Batalhas fundacionais”»: da *Estória do Santo Graal* à *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, 2, pp. 19-40.
- Croenen, Godfried (2015), «The Battle of Crécy according to Jean Froissart: dating the ‘Amiens’, ‘Abridged’, ‘B’ and ‘C’ redactions of Book I of Froissart’s Chronicles» in Michael Livingston e Kelly DeVries (eds.), *The Battle of Crécy: A Casebook*, Liverpool, Liverpool University Press, pp. 396-405 e 407-411.
- Ferreira, Maria do Rosário (2018), «La plume en tant qu'épée: Les lettres de Leonor Teles dans la Crónica de D. João I de Fernão Lopes.», in J.-P. Jardin et. al. (eds.), *Cartas de Mujeres en la Europa Medieval: España, Francia, Italia, Portugal (siglos XI-XV)*, Madrid, Ediciones de la Ergastula, pp. 299-310.
- Ferreira, Maria do Rosário (2014), «La reine est morte: la succession politique des filles de roi aux Xle et Xlle siècles», *e-Spania* [Online], 17, DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.23433>. [Consultado a 01.03.2021]
- Guimarães, Macella (2011), «Os Trastâmara de Pero Lopez de Ayala (1332-1407) ou quando os heróis são de acanhado fulgor», in Silva Santos Bento e Ricardo da Costa (orgs.), *Anais do VIII Encontro Internacional de Estudos Medievais: As múltiplas expressões da Idade Média: Filosofia, Letras, Artes, História e Direito*. Cuiabá, ABREM, pp.41-48.
- Gomes, Diogo (2018), *Imagens e Memórias de uma Guerra Comum: as Batalhas de 1383-1385 nas Crónicas de Pero López de Ayala e de Fernão Lopes*, Lisboa, NOVA FCSH, Dissertação de Mestrado.
- Gomes, Maria Joana (2011), «Para além da linhagem. Poder e sucessão régia no feminino», *e-Spania* [Online], 11, DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.20282>. [Consultado a 01.03.2021]
- Gomes, Rita Costa (2009), «Biografia e História: Reflexões sobre uma experiência» in Maria das Graças Moreira de Sá e Vanda Anastácio (eds.), *História Romanceada ou Ficção Documentada? Olhares sobre a Cultura Portuguesa*, Lisboa, FLUL, pp. 61-71.

- Guerreiro, Emanuel (2010), «A instituição da credibilidade. Uma narrativa de Fernão Lopes», *Brotéria*, 171, pp. 55-64.
- Hutchinson, Amelia (2004), «Leonor Teles: Representations of a Portuguese Queen», *Historical Reflections / Réflexions Historiques*, 30 (1), pp. 73-87.
- Instituto de Estudos Medievais (ed.2013-2020), *Fernão Lopes Portal*, Lisboa, NOVA-FCSH, disponível em: <https://fernaolopes.fcsh.unl.pt/>.
- Ladero, Miguel Angel; Garcia, Matias e Tomas Zamarriego (eds. 1984). *Juan de Salisbury. Policraticus*, Madrid, Editora Nacional.
- Luís, Dora Cristina Valério de Jesus (2004), *As imagens do rei (Estudo da Crónica de D. Pedro I)*, Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Dissertação de Mestrado.
- Monteiro, João Gouveia (1988), *Fernão Lopes: Texto e Contexto*, Coimbra, Livraria Minerva.
- Rodriguez, Bretton (2017), «Competing Images of Pedro I: López De Ayala and the Formation of Historical Memory», *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures*, 45 (2), pp. 79-108.
- Rodriguez, Bretton [s.d.], «*Pero López de Ayala and the Politics of Rewriting the Past*», disponível em: https://www.academia.edu/18122719/Pero_L%C3%B3pez_de_Ayala_and_the_Politics_of_Rewriting_the_Past
- Skorge, Kristel (2006), *Ideals and values in Jean Froissart's Chroniques*, Bergen, University of Bergen. Dissertação de Doutoramento.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos de (2007), «Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power», *e-JPH* [Online], 5(2), URL: https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue10/html/bsousa_main.html [Consultado a 01.03.2021], pp. 1-7.
- Santos, Rui Pedro Monteiro (2017), *Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- Saraiva, António José (1960), *Fernão Lopes*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Serrano, César Olivera (2005), *Beatriz de Portugal: La pugna dinástica Avís-Trastámara*, Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas Xunta de Galicia.
- Russo, Rute (2019a), «A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica», *História. Revista da FLUP. Porto*. IV Série, 9 (1), pp. 87-126.

- Russo, Rute (2019b). *A crónica de D. Pedro I: a estratégia cronística em Fernão Lopes*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- Valdaliso-Casanova, Covadonga (2002), *La lectura política de Fernão Lopes de la 'Crónica de don Pedro', de Pedro López de Ayala*, Valladolid, Universidad de Valladolid. Dissertação de Mestrado.
- Valdaliso-Casanova, Covadonga (2011), «La obra cronística de Pedro López de Ayala y la sucesión monárquica en la Corona de Castilla», *Edad Media: revista de historia (Ejemplar dedicado a: La cronística hispana medieval y sus problemas de análisis)*, 12, pp. 193 – 211.
- Valdaliso-Casanova, Covadonga (2017), «La historicidad y la Historiografía sobre Pedro I de Castilla: Crónicas Perdidas y Memorias Construidas (siglos XIV a XVI)», *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures*, 45, (2), pp. 53-78.
- Zink, Michel (1998), *Froissart et le temps*, Paris, PUF.